

Caravana Comunidade Segura 2009

CAMPANHA DE DESARMAMENTO



SEGURANÇA PÚBLICA

Cidadã

Realização:



Apoio:



PRONASCI
PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Ministério
da Justiça



ÍNDICE

Introdução	5
Cultura de Paz	8
Controle de Armas e Munições	13
Desenvolvimento Institucional das Polícias	34
Juventude e Violência Armada	51
Política de Drogas	59
Quadros de Indicadores e Mapeamento	63
Pronasci e Conferência Nacional de Segurança Pública	74
Portal Comunidade Segura	81
A Rede Desarma Brasil	83

REALIZAÇÃO

Equipe da Caravana

Everardo de Aguiar Lopes – Coordenador – everardoguiar@yahoo.com.br

Daniel de Pádua – Gerente – dfernandes@vivario.org.br

André Porto – Consultor – andrepor@gmail.com

Gabriela Dutra – Estagiária – gdutra@vivario.org.br

Almir Laureano – Equipe Nacional – almirlaureano@yahoo.com.br

Elianildo Nascimento – Equipe Nacional – elianildonascimento@yahoo.com.br

Heather Sutton – Equipe Nacional – heather@soudapaz.org

Suzana Varjão – Equipe Nacional – suzanav@atarde.com.br

Viva Comunidade

Sebastião Santos – Coordenador do Viva Comunidade – tiao@vivario.org.br

Rangel Bandeira – Controle de Armas e Munições – rangel@vivario.org.br

Participaram desta publicação

Vanessa Cortes – Ações de Segurança Pública (Viva Rio) – vanessacortes@vivario.org.br

Rebeca Perez – Juventude e Violência Armada (Viva Rio) – rperez@vivario.org.br

Ana Carolina Rodrigues – Juventude e Violência Armada (Viva Rio) – arodrigues@vivario.org.br

Gabriela Pinheiro – Política de Drogas (Viva Rio) – gpinheiro@vivario.org.br

Alessandra Oberling – Política de Drogas (Viva Rio) – alessandra@vivario.org.br

Shelley de Botton – Portal Comunidade Segura (Viva Rio) – shelley@vivario.org.br

Ludmila Ribeiro – Planos Municipais (Viva Rio) – lribeiro@vivario.org.br

Colaboração

Fundação Konrad Adenauer

Associação Palas Atena

Instituto Sou da Paz

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

IANSA – International Action Network on Small Arms

Instituições Parceiras

Instituto Sou da Paz, CNBB, CBJP, CONIC, URI, Associação Palas Atena.

Programação visual e produção gráfica da Cartilha

Imagem & Texto

Foto de capa

Viva Favela

Fotos internas

Deise Lane, Fábio Caffé, Rodrigues Moura e Walter Mesquita (Viva Favela)

Versão digital disponível no site: www.comunidadessegura.org

A Caravana Comunidade Segura

é uma realização do Viva Comunidade e da Rede Desarma Brasil com apoio do Viva Rio e financiado pelo Ministério da Justiça (PRONASCI)

INTRODUÇÃO

O que é a Caravana Comunidade Segura

A Caravana Comunidade Segura 2009, é uma realização da OSCIP Viva Comunidade e da Rede Desarma Brasil, com o apoio do Viva Rio e financiamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Ministério da Justiça e da IANSA (*International Action Network on Small Arms*).

A Caravana Comunidade Segura 2009, irá percorrer o Brasil pela sexta vez, passando por todas as 27 capitais do país. Continuam como seus objetivos principais a qualificação do debate sobre segurança pública e a aproximação de atores públicos e sociais, uma tendência nacional que vem se consolidando por vários processos paralelos e caminha para seu clímax na Conferência Nacional de Segurança Pública em Agosto de 2009. Após ter divulgado boas práticas e desenvolvido os temas: Controle de Armas, Desenvolvimento Institucional das Polícias, Juventude e Violência Armada e Política de Drogas, a Caravana 2009 terá como foco a política nacional de controle de armas e seu cumprimento, além do desarmamento continuado da população, buscando qualificar a mobilização para as conferências municipais, estaduais, livres e nacional de segurança pública e garantir a inserção desta temática. O problema da segurança pública no Brasil passa por estes quatro temas, por isso a sua integração será abordada, apontando para exemplos práticos e indicadores de acompanhamento.

A Rede Desarma Brasil e o Ministério da Justiça, nesta parceria pela continuidade e ampliação da Caravana, pretendem criar as condições para futuras campanhas de desarmamento, ampliação da Rede e fortalecimento de seus Comitês. O fomento do engajamento de ONGs, grupos religiosos e movimentos sociais e a contínua capacitação destes setores para o debate sobre segurança pública e possíveis parcerias com o setor

público, são tarefas fundamentais a serem cumpridas conjuntamente pelo governo e pela sociedade civil organizada. O sucesso da aprovação e implementação do Estatuto do Desarmamento, que comprovadamente reduz as mortes por armas de fogo, viabilizada pela reunião do poder público com a Rede Desarma Brasil é uma comprovação da importância destas iniciativas agregadoras.

A Caravana Comunidade Segura desde 2005 percorre anualmente o Brasil promovendo a qualificação do debate sobre segurança pública em seus vários aspectos e facilitando a aproximação entre os principais atores públicos e sociais responsáveis e comprometidos com o tema.

Em sua primeira volta, a Caravana esteve em 23 estados organizando a campanha de coleta de armas em igrejas. Na segunda, apoiou a organização da campanha pelo SIM no Referendo sobre o comércio de armas e munições. Na terceira, abordou o tema da reforma e desenvolvimento das polícias. E na quarta, tratou do tema “o impacto da violência sobre crianças e jovens”. Em sua quinta edição, a Caravana forateleceu a campanha de entrega voluntária de armas, além de promover e envolver atores no processo de mobilização para a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública de 2009. Sua periodicidade proporciona o aprofundamento das relações institucionais e as possibilidades de parcerias continuadas.

A Caravana qualifica o debate e chama a atenção da mídia e do grande público não somente para assuntos difíceis como violência armada, reforma policial e juventude em conflito com a lei, mas também para a importância da participação e controle social pelas instituições civis e cidadãos. Assim, o foco da Caravana é desencadear processos continuados que aprofundem a democracia participativa e a construção da paz. Nestes anos acumulou-se um conhecimento sobre a experiência nacional do uso dos mecanismos e instrumentos sociais em prol de uma segurança cidadã, levando a uma percepção sistêmica da questão e dos principais êxitos e problemas recorrentes. Veja os dossiês de boas práticas e políticas públicas em:

<http://www.comunidadesegura.org/?q=pt/node/30030> (desenvolvimento das polícias - 2006)

<http://www.comunidadesegura.org/?q=pt/node/36023> (juventude e violência - 2007)

<http://www.comunidadesegura.org/?q=pt/node/40896> (Segurança Pública Cidadã 2008)

O que é esta Cartilha?

Dúvida não há de que a crise da Segurança Pública é um problema de toda a sociedade brasileira. Há alguns anos percebemos que as mobilizações da sociedade civil têm sido um aporte fundamental para a qualificação do debate e para a formulação e implementação de práticas inovadoras neste terreno pantanoso. As ONGs e universidades vêm tendo um papel de destaque arejando esse debate e colaborando na proposição de políticas públicas cujo marco principal foi a elaboração do Estatuto do Desarmamento, sancionado em 2003. A colaboração de ONGs, igrejas e redes religiosas, juntamente com outros atores da sociedade civil — como as entidades profissionais, os movimentos sociais e as organizações comunitárias —, nas mobilizações, campanhas e debates tem permitido alcançar um novo nível de compromisso com políticas de segurança pública integradas e participativas.

Esta Cartilha é resultado do esforço de continuar debatendo e envolvendo toda a sociedade na agenda da Segurança Pública. Em muitas dimensões desta agenda temos dado passos significativos, como veremos em alguns capítulos. Em outras caminhamos lentamente, e por isso mesmo, a questão da violência continua a nos preocupar e demandar nossa maior atenção.

Nosso objetivo é tornar este tema mais conhecido entre a sociedade civil e possibilitar maior interlocução com as instituições responsáveis pela segurança pública, controle de armas e munições, políticas para juventude em situação de risco e políticas de drogas, a fim de que elas possam ser aperfeiçoadas e apoiadas pelas redes da sociedade civil organizada.

Essa discussão precisa ser ampliada, e a *Caravana Comunidade Segura* está empenhada em capacitar as redes pelo desarmamento, direitos humanos, apoio às crianças e aos jovens, desenvolvimento das polícias e as organizações religiosas articuladas em todo o país em torno da construção da paz, da mediação de conflitos e de ações efetivas por comunidades mais seguras.

O foco é compreender a Segurança Pública em sua complexidade e mapear políticas públicas de excelência e boas práticas de projetos sociais já existentes. Com o amadurecimento do tecido social e sua interlocução com governos, um processo de inteligência coletiva propiciado pela tecnologia da informação poderá demonstrar que é possível um modelo de segurança pública cidadã fundamentada nos direitos humanos.

Assim, esta Cartilha é propositiva na medida em que defende que a sociedade assuma o desafio de participar em diferentes níveis das políticas de segurança pública abrindo canais de diálogo e interação com os agentes públicos. Esperamos que essa Cartilha seja fomentadora de dezenas de iniciativas locais e que contribua para um Brasil mais seguro.

Cultura de Paz – Reflexões Preliminares

A Década Internacional de uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo é um dos mais bem-sucedidos programas concebidos pela UNESCO nos últimos tempos. Mobiliza centenas de instituições governamentais e da sociedade civil, cujos projetos e ações estão presentes nos quatro cantos do planeta, promovendo benefícios a milhares de pessoas.

Proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de novembro de 1998, sua implantação no período de 2001 a 2010 teve o impulso da campanha internacional pelo **Manifesto 2000**, cujo apelo recebeu a adesão de 75 milhões de cidadãos que assinaram um compromisso em torno de seis princípios norteadores de ações em prol de uma convivência edificante, sustentabilidade ambiental e justiça social. São eles:

- **Respeitar a Vida** – respeitar a vida e a dignidade de cada ser humano, sem discriminação nem preconceito.
- **Rejeitar a Violência** – praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência em todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os mais desprovidos e os mais vulneráveis, como crianças e adolescentes.
- **Ser Generoso** – compartilhar meu tempo e meus recursos materiais no cultivo da generosidade e pôr um fim à exclusão, à injustiça e à opressão política e econômica.
- **Ouvir para Compreender** – defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre o diálogo sem ceder ao fanatismo, à difamação e a rejeição.
- **Preservar o Planeta** – promover o consumo responsável e um modo de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.

- **Redescobrir a Solidariedade** – contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade com plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos, de modo a criarmos juntos novas formas de solidariedade.

Este Manifesto, enunciado por um grupo de laureados com o Prêmio Nobel da Paz, recebeu no Brasil **15 milhões de assinaturas** e inspirou a criação de centenas de programas e projetos em todos os setores da sociedade, notadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, meio ambiente, justiça, direitos humanos, diálogo inter-religioso e mesmo no âmbito empresarial.

A abrangência e o impacto social destas realizações obtiveram destaque no **Relatório da Sociedade Civil a Meio da Década da Cultura de Paz**, elaborado pelo Dr. David Adams para a Fundación Cultura de Paz, presidida pelo Dr. Federico Major, que o apresentou ao Secretário Geral das Nações Unidas. O Relatório sumariza as informações documentadas de mais de 700 organizações em todas as regiões do mundo, com o intuito de evidenciar os avanços alcançados nos primeiros cinco anos da Década e, ainda, oferecer sugestões para garantir a continuidade e a consolidação de novas iniciativas dentro do **Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1999**. Esse Programa de Ação propõe oito eixos temáticos de referência, a saber:

- Cultura de Paz através da Educação
- Economia Sustentável e Desenvolvimento Social
- Compromisso com todos os Direitos Humanos
- Equidade entre os Gêneros
- Participação Democrática
- Compreensão – Tolerância – Solidariedade
- Comunicação Participativa e Livre Fluxo de Informações e Conhecimento
- Paz e Segurança Internacional

A íntegra do Relatório está disponível no site **www.comitepaz.org.br**, onde também podem ser encontrados todos os documentos internacionais que inspiram e fundamentam grande parte das realizações ali descritas.

Por que paz como cultura?

Se partirmos do princípio que cultura é o conjunto de formas adquiridas de comportamento no seio das sociedades humanas, e que estas fundam suas dinâmicas de maneira conseqüente com base em escolhas historicamente construídas, é legítimo nos perguntarmos qual o cenário do qual emerge a proposta de uma Cultura de Paz.

Talvez seja suficiente dizer que no mundo todo são gastos 25 mil dólares por segundo para fabricar armas! Ou citar os estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que concluem que a violência nos países latino-americanos chega a consumir, em alguns casos, 25% do Produto Interno Bruto (PIB) – tais cifras espelham os custos com prevenção e tratamento da violência direta.¹ Ou, ainda, lembrar que, como revela a versão final do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, recentemente publicado, no Brasil há 4.5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos em estado de vulnerabilidade social, pois não concluíram o ensino fundamental, estão fora da escola e desempregados. Por ano entram no sistema penitenciário 68.400 jovens, 70% deles reincidentes, o que equivale a 187 por dia e 7 por hora!

Portanto, a Cultura de Paz é hoje, além de um anseio coletivo, uma necessidade – necessidade que emerge das circunstâncias reais, presentes, e do próprio conhecimento que vimos amalhando nas últimas décadas. As observações e pesquisas em Etologia, por exemplo, já não nos permitem justificar nossas violências atribuindo-as à nossa herança animal, como salienta a Declaração de Sevilha sobre a Violência, fruto do encontro de cientistas de diferentes disciplinas para analisar a questão, promovido pela UNESCO em 1986, na Espanha. Nela se conclui que: **“É cientificamente incorreto dizer que a guerra, ou qualquer outro comportamento violento, é geneticamente programado na natureza humana.** Embora os genes estejam envolvidos em todos os níveis do funcionamento cerebral, eles oferecem um potencial de desenvolvimento que só pode ser concretizado em conjunto com o meio ecológico e social”.

Tais observações encontram confirmação na experiência do **Coronel Dave Grossman**, psicólogo militar estadunidense que durante 25 anos foi oficial de infantaria, com a missão de capacitar os soldados a matar. **“Trata-se de uma habilidade adquirida por aprendizado: você precisa ser ensinado a matar. Isto requer treinamento, pois existe em nós uma aversão nata a matar o nosso semelhante.** (...) Todos sabemos que não podemos discutir ou argumentar com uma pessoa amedrontada ou irada. Uma vaso-constricção (o estreitamento dos vasos sanguíneos) provoca literalmente o fechamento da parte frontal do cérebro – aquela grande protuberância de massa acinzentada que nos torna seres humanos e nos distingue de um cão. Quando esses neurônios se fecham o cérebro médio assume o comando e os nossos processos de pensamento e reflexos não se diferenciam mais daqueles de nosso cão. (...) A maneira como os militares aumentam o índice de disposição para matar dos soldados em combate são: a brutalização e dessensibilização, o condicionamento clássico, o condicionamento operante e figuras-modelo.”²

Em outras palavras, se desumaniza o soldado ou, como afirma o Coronel Grossman, provoca-se uma “síndrome de imuno-deficiência à violência adquirida”. Contudo, é importante advertir que a violência não se expressa apenas de maneira física. Há múltiplas formas de violência. Segundo o **Prof. Johan Galtung**, reconhecido mundialmente como fundador da disciplina acadêmica de Pesquisa de Paz e mentor no campo da mediação e transformação de conflitos, de modo esquemático podemos falar de **3 tipos de violência**: a direta, mais evidente e fácil de reconhecer, consiste no uso da força, da

1. Fonte: *El estado de la paz y la evolución de las violencias – La situación de América Latina*, Centro Internacional de Investigación e Información para la Paz, Universidad para la Paz, Montevideo, 2000, pág. 184.

2. Fonte: *Caminhos para uma Aliança pela Infância*, org. Adriana Friedman e Ute Craemer, Aliança pela Infância, São Paulo, 2003, págs. 156-157.

palavra e do gesto com o intuito de intimidar, de provocar sofrimento, humilhação e desqualificação ou simplesmente de eliminar o outro ou outros. Violência estrutural é aquela que se constrói em um sistema social e que se expressa pela desigualdade de oportunidades, de acesso às necessidades básicas tais como educação, saúde, alimentação, moradia digna, trabalho, cultura e lazer. Por último temos a violência cultural, que alude a peculiaridades da cultura/comunidade/etnia para justificar ou legitimar o uso direto, simbólico ou estrutural da violência – tal como no machismo e no racismo.

Um outro documento internacional de significativa importância para nossos propósitos é o resultante da **Conferência Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens**, realizado em Yamoussoukro, Costa do Marfim, em julho de 1989 por iniciativa da UNESCO. Nele se convida os Estados, organizações inter-governamentais e não-governamentais, as comunidades científica, educacional e cultural do mundo e, ainda, todos os indivíduos a participarem do **Programa de Paz**, cujos 4 objetivos transcrevemos:

- Ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma cultura de paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens
- Aumentar a consciência do destino comum de toda a humanidade para fomentar a implementação de políticas comuns que assegurem justiça nas relações entre seres humanos e uma parceria harmoniosa entre humanidade e natureza
- Incluir elementos de paz e direitos humanos como características permanentes em todos os programas educacionais
- Encorajar ações coordenadas em nível internacional para gerenciar e proteger o meio-ambiente, e assegurar que as atividades praticadas sob a autoridade ou o controle de um Estado em particular não comprometam a qualidade ambiental de outros Estados nem causem dano à biosfera.

De início, o que chama a atenção neste documento é o desafio lançado nas primeiras linhas do primeiro objetivo: “ajudar na construção de uma nova visão de paz”. Por que nova? Porque as palavras e os conceitos, como tudo na história humana, vão mudando de significado e adquirindo contornos cada vez mais complexos. A paz na sua origem grega de ***eirene*** evoca um estado interno da alma em que não há lugar para a perturbação. É o desfrute individual da serenidade e da harmonia. Hoje esta acepção é insuficiente. A paz como ausência da guerra, como intervalo entre beligerâncias é igualmente insuficiente, e o mesmo se pode afirmar sobre a paz imposta, a ***pax romana***, a ***pax soviética*** e a ***pax americana***. Como assinala o Prof. Lederach, “para que haja paz não basta a ausência de violência, é necessária a presença de uma interação e inter-relação positiva e dinâmica: o apoio mútuo, a confiança, a reciprocidade e a cooperação”.

Daí a compreensão que vai se delineando na atualidade sobre o sentido da paz mais como um processo do que uma situação ou uma meta a ser alcançada; um processo contínuo no qual estão presentes a justiça social, a liberdade e a democracia.

É oportuno salientar que é neste documento que encontramos pela primeira vez o conceito **“cultura de paz”, expressão cunhada pelo educador peruano Padre Felipe MacGregor** ao presidir a Comissão Nacional Permanente de Educação para a Paz, criada por resolução ministerial do governo do Peru em 1986. Três anos mais tarde ele publicou um livro intitulado *Educación, futuro, cultura de paz*, que inspirou o movimento promovido pela UNESCO e adotado pelas Nações Unidas.

O Padre MacGregor abriu caminhos na América Latina para os trabalhos de pesquisa acadêmica sobre a paz, tendo fundado em 1980 a Asociación Peruana de Estudios para la Paz, da qual foi presidente até seu falecimento em 2004.

Assim, a Cultura de Paz tem duas missões: primeiro, tornar visíveis as violências que se perpetuam pela omissão ou pela aceitação de condições humilhantes como sendo próprias da nossa sociedade ou, pior ainda, intrínsecas à natureza humana. Segundo, estimular novas formas de convivência que abordem o conflito como instrumento necessário à manutenção democrática dos relacionamentos. Uma sociedade pautada na liberdade é plural, apenas os totalitarismos são singulares. Portanto, os conflitos não devem ser impedidos, mas trabalhados de modo edificante para que a divergência possa descobrir espaços de articulação e crescimento mútuo, reafirmando a convicção de que a paz é sempre possível, e a violência evitável.

... APESAR DE TUDO, ELA AVANÇA

A despeito dos horrores que os meios de comunicação teimam em exibir diariamente há uma outra realidade que, de modo quase anônimo, está sendo constituída e protagonizada por redes criativas de solidariedade e comprometimento. Os programas, projetos e experiências reunidos neste **Guia de Cultura de Paz**, cuja publicação celebramos, são uma amostra promissora da mobilização brasileira, que confia na sua capacidade de articulação e de focar em interesses comuns e criar parcerias ativas para minimizar as assimetrias sociais geradoras de exclusão.

Porém, é necessário lembrar que nenhum de nós está sozinho nesta trajetória. Acompanham-nos milhares de mulheres e homens cujas vidas invocaram e evocaram a Paz. De alguns conhecemos os nomes: Gandhi, Maria Montessori, Luther King, Aung San Suu Kyi, Mandela, Dom Hélder Câmara, Wangari Matai, Desmond Tutu, Elaben Bhatt, Betinho, Madre Teresa... De outros, os seus feitos: a queda do Muro de Berlin, Greenpeace, Médicos sem Fronteiras, Anistia Internacional, Human Rights Watch... A todos, os de longe e os de perto, nosso reconhecimento mais sincero.

Lia Diskin

Associação Palas Atena

Histórico

Até 2003, o Brasil era o campeão em números absolutos de mortes por arma de fogo no mundo: 108 mortos por dia, mais de 39 mil mortes por ano. Desde então, em decorrência de uma série de iniciativas, esses números despencaram para 34 mil mortos/ano. A sociedade civil, em especial as ONGs e Igrejas, tiveram papel crucial para a melhoria da situação, através das seguintes ações:

- 1. Estatuto do Desarmamento:** Durante seis anos, lutou-se pela mudança da lei de controle de armas. Produzimos informação, mobilizamos a sociedade, e convencemos 82% dos brasileiros de que era preciso ter uma lei que proibisse o porte de arma de fogo, elevasse a idade mínima para compra de arma de 18 para 25 anos, exigisse testes psicológico e técnico para compra de arma, criasse um setor do governo especializado em controle de armas, promovesse a marcação das armas e munições para permitir seu rastreamento, etc. O Congresso, tradicionalmente sob influência do poderoso *lobby* da indústria de armas e munições (o Brasil é o quinto maior exportador de armas pequenas), curvou-se à pressão popular, e em dezembro de 2003 acabou votando o Estatuto do Desarmamento, uma lei avançada porque vinda da sociedade, que hoje inspira a mudança das leis em diferentes países.
- 2. Destruição de Armas:** De 1999 a 2005, as ONGs colaboraram com diferentes governos estaduais e com o Exército Brasileiro, participando de várias **destruições públicas de armas**, que culminaram com a destruição de 100 mil armas no Rio de Janeiro em 2001, um recorde internacional aplaudido na ONU. É preciso retomar essas destruições.
- 3. Campanha de Desarmamento:** De 2004 a 2005, as ONGs e Igrejas coordenaram, em parceria com o Ministério da Justiça brasileiro, a Campanha Nacional de Entrega Voluntária de Armas, que recolheu meio milhão de armas. Participaram da

campanha 400 igrejas, além da polícia e do Exército. O recolhimento de tantas armas, combinado com a proibição do porte de arma, reduziu drasticamente o número de mortos por arma de fogo no país pela primeira vez.

- 4. Referendo:** Em outubro de 2005, realizou-se um referendo sobre a proibição da venda de armas e munições para civis, e novamente as ONGs e Igrejas foram a força mobilizadora da iniciativa, em aliança com políticos comprometidos com o controle de armas. Apesar de ter recebido mais de 36 milhões de votos, a proibição não foi aprovada, mas o país teve a oportunidade de debater, em escala nacional, a dramática situação da segurança pública e a necessidade do maior controle de armas e da modernização da polícia. O debate gerou pressões que levaram o atual governo a priorizar os investimentos em segurança pública, através do PRONASCI.
- 5. Pesquisa:** O primeiro levantamento sobre as armas brasileiras, e suas vítimas, foi realizado por uma ONG e publicado em 2005. **“Brasil: as Armas e as Vítimas” (Editora 7 Letras, RJ)** revelou que circulam mais de 17 milhões de armas no Brasil, 90% delas nas mãos da sociedade, e 50% delas na ilegalidade, mostrando o impacto da violência armada na saúde pública.
- 6. CPI das Armas:** Em 2006, o Parlamento Brasileiro criou uma CPI para investigar o tráfico ilícito de armas. Voluntariamente, ONGs prestaram assessoria técnica à Comissão, que promoveu o primeiro mapeamento do tráfico de armas no país. Foi levantado o perfil de 146 mil armas ilegais e feito o rastreamento de 34 mil armas ilegais. Comprovou-se, por exemplo, que mais de 80% das armas apreendidas na ilegalidade são brasileiras, que 68% das armas apreendidas com o crime organizado do Rio de Janeiro haviam sido vendidas originalmente para comerciantes legais, e 18% haviam sido desviadas da própria polícia e das Forças Armadas. O Relatório da Comissão teve um grande impacto, e está promovendo a mudança nos mecanismos de controle do Estado sobre a circulação de armas.
- 7. Comissão Permanente:** Em 2007, por sugestão da Rede Desarma Brasil, o Parlamento criou uma Subcomissão Permanente de Controle de Armas e Munições. Apenas alguns países desenvolvidos contam com órgãos específicos para o controle desses produtos. Atualmente, o levantamento dos canais que abastecem de armas o crime organizado está sendo realizado pela Comissão de Segurança Pública da Câmara, com apoio técnico da Rede Desarma Brasil.
- 8. Campanhas atuais** - Em 2008, a Polícia Federal implementou uma Campanha de Registro e Recadastramento de Armas, que tirou da ilegalidade cerca de 600 mil armas. A Rede Desarma Brasil colaborou para que o Congresso votasse a Medida Provisória que veio a facilitar a campanha, tornando gratuito o registro durante este período. No momento, discute-se a conveniência ou não da sua prorrogação.

A Rede Desarma Brasil propôs ao governo que realize, durante dois meses, e todos os anos, novas Campanhas de Entrega Voluntária de Armas, a exemplo do

que fazem outros países. Em 2008, com a possibilidade permanente de se entregar armas, foram recebidas pela PF cerca de 30 mil armas.

Para reforçar essas campanhas, e contribuir com a CONSEG, contamos com a Caravana do Desarmamento, que percorre o país prestando informações, promovendo treinamento de ONGs e Igrejas, e mobilizando a sociedade.

Campanhas de Recadastramento e Entrega Voluntária de Armas

Estima-se que existam no Brasil cerca de quatro milhões armas de fogo ilegais pertencentes ao denominado “mercado informal”, isto é, armas que pertencem a “homens de bem” mas que nunca foram registradas; além disso, outros milhões de armas têm o registro desatualizado, isto é, as autoridades não têm certeza se continuam na posse de seu proprietário legal. Portanto, uma imensa quantidade de armas circula no Brasil sem que o Estado possa controlá-las. São as armas preferidas dos bandidos, pois se apreendidas após o seu uso criminal, não podem ser rastreadas. Apenas no ano de 2003, criminosos roubaram de residências 26.908 armas, segundo a Polícia Federal.

Além disso, são estas armas que servem de instrumento para homicídios “interpessoais”, delitos que não têm relação direta com o crime organizado. Desta forma, se prestam ao cometimento de homicídios contra a mulher por parte de parceiros ciumentos ou bêbados, contra aqueles que se embebedam em bares nos finais de semana nas periferias das grandes cidades, são instrumentos das agressões ocorridas em brigas de trânsito e em conflitos de vizinhos, são utilizadas para que se cometa suicídios e são fator freqüente de morte em acidentes com crianças curiosas.

Foi para “enxugar” as armas ilegais do mercado informal, ou as armas legais não desejadas, que realizamos no Brasil, de 2004 a 2005, uma **campanha de entrega voluntária de armas** que recolheu 459 mil armas. Apesar de haver atingido apenas cerca de 10% das armas do mercado informal e legal, a destruição das armas recolhidas, somada à proibição do porte de arma em vias públicas foi suficiente para reduzir em 12% as mortes por arma de fogo no país, se comparamos os índices de 2003 com 2006, segundo o Ministério da Saúde, salvando-se mais de 5 mil vidas. Se levamos em consideração a curva progressiva das mortes por arma de fogo dos últimos anos, a redução terá sido de 18%.

Baseado neste resultado espetacular, que comprovou os benefícios do recolhimento de armas com outras medidas de controle, e atendendo ao apelo de diversas ONGs e das Igrejas, o Ministério da Justiça do Brasil decidiu promover duas medidas em 2008. A primeira, é a **campanha de cadastramento e recadastramento de armas**, para trazer para a legalidade as armas que se encontram em situação irregular. É uma campanha com apoio quase unânime, pois apenas criminosos podem ser contra uma política de legalização das armas, que visa a permitir que, uma vez desviadas, essas armas possam ser rastreadas pelas autoridades públicas. É uma campanha a ser executada pela Polícia Federal, mas que conta com o apoio da sociedade civil organizada. Como ONGs, igrejas

e diversas organizações filantrópicas e de direitos humanos tiveram decisiva participação no êxito da anterior campanha de entrega voluntária de armas, o governo convidou essas entidades a participarem ativamente da campanha de cadastramento. O seu foco está sendo convencer o proprietário de uma arma da importância de legalizá-la, para facilitar o trabalho da polícia em caso de roubo ou extravio, informá-lo de que comete um crime ao ter armamento ilegal em casa – passível de dois a quatro anos de prisão no caso de arma de uso permitido a civil, e de três a seis anos de prisão em caso de arma de uso proibido a civil -, e que deve aproveitar a anistia que acompanha a campanha de cadastramento.

Para motivar e facilitar ainda mais que o proprietário saia de sua casa e recadastre a sua arma, o Congresso brasileiro aprovou a **“medida provisória 417”**, do Executivo, que suspende, até o final do ano, uma série de exigências da nova lei, como pagamento de taxa, e realização de testes psicológico e de manuseio de arma, exigências que voltarão a vigorar quando terminar a campanha.

A aprovação da MP 417, que suspende as mencionadas obrigações, não foi aprovada facilmente no Congresso. O *lobby* que representa a forte indústria de armas e munições do país, aproveitou a oportunidade para, através da MP 417, apresentar emendas, que se aprovadas, acabariam por quebrar os dentes da nova lei, o Estatuto do Desarmamento. Nove deputados, que segundo o STE, juntos receberam R\$ 1.800.000,00 de financiamento por parte das indústrias de armas e munições para suas campanhas eleitorais, tentaram acabar com a proibição do porte de armas, autorizando 25 categorias profissionais a portarem armas. Caso tivessem sido aprovadas essas emendas, os mais de meio milhão de advogados brasileiros, por exemplo, teriam sido autorizados a usar armas em vias públicas. Derrubariam um dispositivo que, junto com a campanha de desarmamento, é responsável pela drástica redução das mortes por arma de fogo. E afrontariam a população, que segundo pesquisa de opinião CNT-Sensus, se manifestou em 63% contrária ao porte de arma.

Em defesa da MP 417, se mobilizou a sociedade civil organizada em torno da Rede Desarma Brasil, que reúne 46 ONGs que lutam pelo controle das armas de fogo, além da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica, e do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), que congrega as mais importantes igrejas cristãs do país. Pressionando o Congresso Nacional, em apoio aos parlamentares que defendiam sua aprovação, e com suporte do Ministério da Justiça, a MP 417 foi aprovada sem mudanças em 28 de maio pelo Senado Federal.

A segunda medida prevista na MP 417 foi a realização de uma nova campanha de entrega voluntária de armas, que já está em vigor. Esta campanha é necessária porque, continuamente, cidadãos desejam se desfazer de suas armas, seja porque as receberam como herança indesejada, seja porque se conscientizaram de que elas podem representar mais um risco para si e para sua família, que um efetivo instrumento de defesa. Cabe ao Estado incentivar e facilitar a sua entrega às autoridades, para que sejam destruídas e diminuam os estoques sujeitos ao roubo por parte de delinqüentes.

Caravana do Desarmamento

Agora, ambas as campanhas contam com a Caravana Comunidade Segura. Esta Caravana já percorreu grande parte do país, em cinco anos sucessivos, e através dela, ONGs especializadas em segurança pública buscam organizar a sociedade civil em cada estado, para que produzam informação e atuem nos campos do controle de armas, na reforma da polícia e na redução da violência juvenil. Desta vez, a Caravana irá também mobilizar a sociedade para que participe da **Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg)**, de forma a influir na política do governo de segurança. A Caravana irá a todas as 27 capitais brasileiras, criando as estruturas organizacionais e midiáticas para fortalecer as campanhas de recadastramento de armas e de desarmamento, fortalecendo a parceria entre a sociedade e o Estado no aperfeiçoamento da segurança pública.

Rangel Bandeira

Viva Comunidade

Como fazer uma campanha de recolhimento de armas

Introdução

A violência armada permeia o cotidiano dos brasileiros e ameaça sua segurança. É a principal causa de mortes e ferimentos graves entre os jovens, e mata mais de 34 mil brasileiros por ano, 95 por dia, um a cada 15 minutos.

Buscando reduzir estes números, o Estatuto do Desarmamento, aprovado em 2003, definiu entre outras medidas, a realização da Campanha de Entrega Voluntária de Armas, que aconteceu entre julho de 2004 e outubro de 2005. A campanha tirou quase meio milhão de armas das ruas, foi a segunda maior do mundo e foi um dos fatores responsáveis pela queda nos homicídios por arma de fogo em todo o Brasil.

O que garantiu o sucesso da campanha foi a participação e o engajamento **da sociedade**. A campanha está de volta, e mais uma vez será necessário contar com a participação de todos, divulgando e mobilizando as pessoas a entregarem suas armas e criando postos de coleta em suas comunidades.

Este capítulo relata o aprendizado adquirido durante a primeira Campanha de Entrega Voluntária de Armas, para orientar grupos de todo o Brasil, incluindo sociedade civil e poder público local, sobre como se engajar. Por isso, relatamos passo a passo como montar uma campanha de recolhimento, além de apresentar dicas e lembretes úteis.

Este capítulo está dividido em **três partes**.

- I) **Informações sobre a primeira Campanha de Entrega Voluntária de Armas**, além de argumentos sobre a importância do desarmamento, para embasar o trabalho daqueles que querem se engajar na campanha atual.
- II) **Estruturação da campanha**, com informações básicas sobre como a campanha funciona, as pessoas e órgãos envolvidos e a legislação que a regula.

III) **Como a sociedade civil e o poder público podem participar**, apresentando as frentes de engajamento complementares e necessárias para o sucesso da campanha: a mobilização local e a criação de postos de recolhimento.

Estamos vivendo um momento histórico na luta contra a violência no Brasil. Sabemos que campanhas isoladas não resolverão todos os problemas de segurança pública do país, mas o recolhimento de armas aliado à conscientização, com certeza, é um passo importante para a construção de um país mais seguro!

I) **Histórico da primeira Campanha de Entrega Voluntária de Armas**

Em dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento, que apresenta uma série de medidas para regulamentar o comércio e a circulação de armas no país, foi sancionado pelo presidente. Imediatamente, várias novidades entraram em vigor, como os requisitos para a compra de uma arma e a proibição do porte de armas para civis.

O Estatuto do Desarmamento também definiu a realização da primeira Campanha de Entrega Voluntária de Armas, onde qualquer pessoa poderia se desfazer de uma arma e receber uma indenização. Em julho de 2004, a Campanha foi lançada, e em cinco dias, a Polícia Federal recebeu 2.200 armas, mostrando o apoio da população.

Com a realização de convênios entre a Polícia Federal, as secretarias estaduais de segurança pública, as prefeituras e a sociedade civil, a campanha ganhou novas dimensões, pois os postos de coleta foram ampliados. Seguindo o modelo de Diadema (primeira cidade a lançar uma campanha junto com a sociedade civil) muitas outras prefeituras e organizações começaram a abrir postos fixos ou itinerantes. Igrejas e associações de bairro, assim como as Polícias Civil e Militar e as Guardas Municipais de várias cidades, passaram a recolher armas.

A sociedade civil criou Comitês pelo Desarmamento, que organizariam as atividades em cada estado. Para se fortalecer, os Comitês se juntaram e formaram a Rede Desarma Brasil – Segurança, Justiça e Paz, que continua ativa e hoje conta com organizações da sociedade civil e entidades do poder público de 25 estados.¹

A Campanha superou todas as expectativas: recolheu 460 mil armas em 16 meses e foi a segunda maior do mundo, perdendo apenas para a Austrália. Fatores essenciais para o sucesso foram: a anistia (permitindo a qualquer pessoa entregar uma arma mesmo sem registro), o anonimato (permitindo a pessoa entregar uma arma sem se identificar), a indenização (garantindo incentivos financeiros para a entrega) e a inutilização da arma no momento da entrega - em muitos postos as armas recebidas foram marretadas na hora garantindo maior segurança ao posto certeza de que a arma não mais poderia ser usada, e credibilidade para a Campanha.

1. Saiba mais sobre a Rede Desarma Brasil na página 84 (www.deolhonoestatuto.org.br).

ATENÇÃO: O fator mais importante para o sucesso da campanha foi a ampla participação da sociedade civil. Esse engajamento ajudou a campanha a ter maior capilaridade e aumentou a confiança da população. A sociedade civil foi responsável por boa parte da divulgação da campanha, conscientizando a população para os riscos de se ter uma arma de fogo e contribuindo para aumentar o número de armas recolhidas.

Por que o desarmamento?

1- Porque a arma não protege ninguém

Uma arma não traz segurança, traz apenas a ilusão de segurança. Usar uma arma de fogo em legítima defesa só dá certo no cinema. Pesquisas mostram que uma pessoa com arma em casa tem 57% mais chance de ser assassinada em um assalto do que quem está desarmado². Isso acontece porque quem ataca tem sempre a iniciativa e conta com o elemento surpresa. A vasta maioria das pessoas não está preparada para usar uma arma em situações de medo e pode disparar incorretamente ou contra um inocente.

2- Porque não são só bandidos que matam

Todos os dias as armas de fogo transformam conflitos banais em tragédias irreversíveis. Uma grande porcentagem dos homicídios no país é cometida por pessoas que acabam tirando a vida umas das outras em situações banais: brigas de trânsito, em bares ou ainda dentro de suas próprias casas. A presença de uma arma pode transformar qualquer cidadão em criminoso. Qualquer um é capaz de perder a cabeça, e com arma ao alcance, transformar-se num assassino.

3- Porque controlar as armas legais ajuda na luta contra o crime

O mercado legal de armas abastece o ilegal. A CPI do Tráfico de Armas, que concluiu seu trabalho no final de 2006, mostrou que 76 % das armas apreendidas no Rio de Janeiro são brasileiras. As armas que mais matam no Brasil são produzidas no país, principalmente os revólveres 38 fabricados pela TAURUS.

As armas compradas legalmente podem cair nas mãos erradas, seja por roubo, perda ou revenda. No Estado de São Paulo, segundo a Secretaria de Segurança Pública, entre 1993 e 2000, foram roubadas, furtadas ou perdidas 100.146 armas (14.306 por ano). No Rio de Janeiro, a cada 5 horas uma arma legal é roubada!

Alguns acham que “bandidos não compram armas em lojas”, mas são as armas compradas em lojas que vão parar na ilegalidade. As investigações da CPI das Armas concluiu que 68% das armas apreendidas na ilegalidade no Rio de Janeiro haviam sido originalmente vendidas pelos fabricantes a 8 lojas de armas do Grande Rio e Niterói. Controlando as armas legais, também diminuímos as armas nas mãos dos criminosos.

2. “Também morre quem atira”, fundação SEADE, Secretária de Segurança Pública de São Paulo, 2001.

4- Porque o desarmamento é necessário para a segurança pública

Algumas pessoas defendem o uso de armas para legítima defesa porque o sistema de segurança pública não estaria funcionando. Para rebater esse argumento, temos que discutir qual é o modelo de sociedade que queremos. Queremos um país que opta pela segurança pública, onde cada um faz sua parte pelo bem comum, ou queremos viver num sistema onde vale o “cada um por si”? Os países que reduziram drasticamente os homicídios por arma de fogo atingiram essa meta, não facilitando a posse de armas para civis, mas reformando e modernizando a sua polícia, a segurança pública, em benefício de todos, e não de uma minoria.

O desarmamento é uma medida não apenas para reduzir e controlar o número de armas em circulação no país, mas também para alcançar mudanças no comportamento do cidadão em direção a uma segurança menos individualista e mais coletiva. Desarmar-se é uma maneira de expressar o desejo pela segurança coletiva acima do medo.

O desarmamento não é a única solução para o problema da violência, que é multicausal e exige estratégias diversas. Mas é uma medida importante, se levamos em conta que 70% das mortes no Brasil envolvem uma arma de fogo.

Antes de ter uma arma, é melhor que cada um se mobilize, entenda o problema da violência e participe da construção das soluções.

5 - Porque o desarmamento está dando certo!

No primeiro ano de vigência do Estatuto do Desarmamento, o índice nacional de homicídios por armas de fogo caiu 8,2 %. Foi a primeira queda nesse número em 13 anos.³ Essa queda se manteve chegando a 12% em 2006 e poupando mais de 5.000 vidas. Ao cruzarmos esses dados com o número de armas recolhidas durante a Campanha de Entrega Voluntária de Armas, percebemos que a maioria dos estados que tiveram alto recolhimento de armas e estavam em uma situação pior em termos de incidência de homicídios por arma de fogo antes da campanha, apresentaram as maiores quedas.⁴

II) Estruturação da campanha

O que regulamenta a existência e o funcionamento da campanha?

Os **artigos 30 e 32** do Estatuto do Desarmamento, que permitiam a entrega de armas registradas (a qualquer tempo) e não registradas (no período de 180 dias) com direito a indenização, nortearam a primeira campanha de entrega de armas.

3. Vidas Poupadas: Impacto do Desarmamento no Brasil, UNESCO, 2004.

4. Redução de Homicídios no Brasil, Ministério da Saúde, 2007.

DURANTE A PRIMEIRA CAMPANHA

Art. 31. Os possuidores e proprietários de armas de fogo adquiridas regularmente poderão, a qualquer tempo, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e indenização, nos termos do regulamento desta Lei.

Art. 32. Os possuidores e proprietários de armas de fogo não registradas poderão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e, presumindo-se a boa-fé, poderão ser indenizados, nos termos do regulamento desta Lei. (Vide Lei nº 10.884, de 2004)

Após a primeira campanha, para permitir novas campanhas de recolhimento e continuar a reduzir o número de armas em circulação, o governo sancionou a Medida Provisória 417. Entre outras mudanças, a MP417 altera o artigo 32 do Estatuto, tornando permanente a entrega de uma arma, com direito a indenização. Ou seja, a entrega de armas não tem prazo e campanhas de recolhimento de armas podem ser realizadas a qualquer momento!

Atenção: Quem quiser ficar com sua arma, hoje tem o prazo de até dia 31 de dezembro de 2009 para registrá-la. **Depois deste dia é crime ter em casa uma arma não registrada!**

HOJE

Art. 32. Os possuidores e proprietários de armas de fogo poderão entregá-las, espontaneamente, mediante recibo e, presumindo-se de boa fé, poderão ser indenizados.

O artigo 32 é o que permite a entrega de uma arma, mas é a regulamentação da lei que explica em detalhes como isso acontecerá. No caso da legislação atual, a regulamentação é determinada pelas **portarias No- 45/2008-DG/DPF, e No- 46/2006-DG/DPF DE 12 DE FEVEREIRO DE 2008** (disponíveis na íntegra no site www.deolhonoestatuto.org.br). Estas duas portarias estabelecem os procedimentos para indenização, anistia e convênios para o recolhimento de armas, como explicaremos adiante.

Como funciona a campanha

Onde entregar uma arma?

As pessoas podem entregar suas armas em qualquer delegacia da Polícia Federal. De acordo com a **portaria 46**, a Polícia Federal pode credenciar as Polícias Militar, Civil e as Guardas Municipais para receberem armas, em suas sedes ou em postos itinerantes.

Quem pode entregar?

Qualquer pessoa pode entregar uma arma sem se identificar. Não precisa ser o dono da arma nem dizer como ela foi obtida. Não é necessário apresentar documentos, nem da pessoa, nem da arma.

Porém, para receber a indenização, é necessário informar CPF, nome do banco, agência e conta (corrente ou poupança) para onde o dinheiro será transferido.

Haverá indenização?

Quem entregar a arma receberá indenização de R\$100 a R\$300 dependendo do modelo da arma. Para receber a indenização, é preciso informar os dados de uma conta bancária e agência para que seja efetuado o depósito e apresentar o CPF do titular da conta. A conta pode ser de qualquer pessoa: amigo, familiar, conhecido etc. Não é preciso dar nenhuma referência sobre esta pessoa, apenas o nome, CPF e dados bancários para que seja feito o depósito.

Ao entregar a arma, deve-se solicitar um documento que comprove que a arma foi entregue para a polícia e guardar este documento. Ele é a garantia da indenização.

Como entregar uma arma com segurança?

Para garantir a segurança de quem vai entregar uma arma, a Polícia Federal disponibiliza uma guia de trânsito, documento que autoriza a pessoa a circular com a arma até o posto de recolhimento.

A guia tem validade de um dia e só pode ser usada entre o local onde a arma está guardada e onde será entregue. A guia de trânsito está disponível no site da Polícia Federal (www.dpf.gov.br) ou em qualquer delegacia da Polícia Federal. Para mais informações sobre o procedimento básico para entregar uma arma veja www.deolhonoestatuto.org.br

O que acontece com as armas entregues?

No posto de recolhimento, a arma é examinada, desmuniada e pré-identificada pelo supervisor de armas e seus dados são inseridos no formulário de auto-arrecadação.

Na primeira campanha, após essa pré-identificação, muitos postos adotaram o sistema da marreta: as armas eram inutilizadas por meio de uma marreta, na presença do cidadão que fazia a entrega, garantindo maior segurança ao posto e credibilidade para a campanha.

Uma via de auto-arrecadação é colocada dentro do saco plástico com a arma entregue que será guardada num armário ou outro local seguro. No prazo estipulado pela polícia ou guarda, as armas e os formulários preenchidos são encaminhados à Polícia Federal. As armas são periciadas pela Polícia Federal e enviadas ao Exército para destruição.

Quais os atores envolvidos?

A Polícia Federal, as prefeituras, as Polícias Civil e Militar e a sociedade civil organizada têm um papel importante no recolhimento de armas e em qualquer campanha de desarmamento bem sucedida.

Polícia Federal: é o órgão responsável pela coleta, identificação e perícia das armas. Mas as portarias 45 e 46 (citadas anteriormente) permitem que a Polícia Federal assine convênios com outros órgãos para facilitar este trabalho.

Polícias e Guardas: As Polícias e Guardas Municipais podem ser conveniadas para receber armas, emitir guias de trânsito, preencher os dados da arma e os dados bancários para indenização nos formulários especificados, assim como armazenar as armas até que sejam enviadas ao Exército. Podem fazer este trabalho na sua sede ou em postos alternativos, criados pela sociedade civil. Nestes casos, a Polícia (Civil ou Militar) ou a Guarda Municipal, devem estabelecer prazos e procedimentos com a Polícia Federal para o encaminhamento das armas recebidas.

Art. 1º - O credenciamento de Instituições Militares e de Segurança Pública relacionadas nos incisos I a V do caput do art. 144 da Constituição Federal será realizado pela Coordenação-Geral de Defesa Institucional da Diretoria Executiva e pelas Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal.

§ 1º - O credenciamento deverá ser oficialmente solicitado à Polícia Federal, por meio da autoridade competente, devendo ser informado: nome da autoridade responsável da unidade a ser credenciada, a localização da unidade e os nomes dos funcionários autorizados para o recebimento de arma e expedição do formulário padrão referente à indenização pela entrega de arma.

§ 2º - A Instituição credenciada fica autorizada a receber armas de fogo, expedir guias de trânsito para o recolhimento das armas, bem como expedir o formulário padrão referente à indenização pela entrega de arma, seguindo o que determina a Portaria n.º- 045 /2008- DG/DPF, de 12 de fevereiro de 2008.

Sociedade Civil – a sociedade civil tem dois papéis muito importantes: a divulgação da campanha e a mobilização popular, e a criação de novos postos de recolhimento garantindo acesso e segurança para todas as pessoas que desejam entregar uma arma.

Atenção: *Para criar postos de recolhimento, as organizações precisam estar cadastradas junto à Polícia Federal e garantir a presença de um policial ou guarda para receber armas (para isso, a Polícia ou a Guarda precisam ter feito convênio com a Polícia Federal).*

Art. 2º - Serão, excepcionalmente credenciadas organizações não governamentais, associações de moradores, entidades de classe, igrejas e demais entidades da sociedade civil, a critério do DPF, para prestarem apoio à Polícia Federal no fornecimento de informações para o recebimento de armas.

§ 1º - O credenciamento deverá ser oficialmente solicitado à Polícia Federal, por meio de requerimento do representante da entidade, devendo ser informado: nome do responsável pelo evento e a proposição de dia, hora e local para o recolhimento das armas pela Polícia Federal.

§ 2º - O recebimento de armas e dos formulários serão realizados exclusivamente por Policiais Federais ou por membros das Instituições Militares ou de Segurança Pública relacionadas nos incisos I a V do caput do art. 144 da Constituição Federal, nos dias, horas e locais determinados na forma do parágrafo anterior.

§ 3º - As entidades credenciadas serão responsáveis pela divulgação do evento junto à mídia e à sociedade, providenciando pessoal para o atendimento aos interessados, no que tange a esclarecimentos para a entrega de armas.

Prefeituras – As prefeituras estão mais próximas da população e podem ajudar na mobilização e divulgação da campanha, bem como com sua estrutura.

Para a implementação da campanha, a administração municipal pode disponibilizar, quando houver, guardas civis metropolitanos que integrarão as equipes dos postos de recolhimento, bem como ceder um espaço para recebimento das armas nas sedes dos Comandos Operacionais e outros locais públicos.

Além disso, pode aproveitar todos os meios de comunicação, mobilização e ferramentas ao seu alcance, como cartazes em ônibus, carros de som etc.

Atenção: *Os enormes avanços na luta pelo desarmamento foram fruto de uma parceria entre poder público e sociedade civil, num processo de debate e construção coletiva, que fortaleceu a democracia participativa. Desde a mobilização de apoio para aprovar a lei e a troca de informações e dados, até a redação e implementação do Estatuto do Desarmamento a parceria tem sido fundamental.*

Portanto, para o sucesso da campanha, é essencial que ONGs e o poder público trabalhem conjuntamente, mantendo, claro, sua independência. As experiências da primeira campanha mostraram que a comunicação e o trabalho conjunto influenciam o sucesso da campanha. Para uma campanha bem sucedida, todos precisam se ver como parceiros.

III) Como participar

A seguir, apresentaremos como as organizações da sociedade civil e o poder público podem abrir postos de recolhimento de armas e mobilizar a população.

A. Mobilização local

O sucesso de uma campanha depende da mobilização local: da escola que debate o tema com seus alunos, do líder religioso que dissemina o desarmamento entre a comunidade, do agente de saúde que explica aos moradores como entregar uma arma e assim por diante. Quanto mais difundida estiver a idéia de desarmamento, maior será o número de armas entregues!

Criação de um comitê ou núcleo de organização

Para organizar uma campanha, é importante ter um grupo executivo composto por representantes de todos os órgãos e entidades envolvidas. (Prefeitura, Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal e sociedade civil organizada, etc).

Esse grupo precisa trabalhar junto, fazendo um planejamento para determinar que atividades serão realizadas, os responsáveis e o cronograma de execução, bem como as estratégias de divulgação. O trabalho fica facilitado se cada integrante do Comitê se responsabilizar por uma parte e os membros estiverem em contato permanente.

Atenção: Na primeira edição da campanha, muitos estados criaram comitês que se uniram para formar a Rede Desarma Brasil. Hoje, membros da Rede estão se engajando na campanha, trazendo uma importante bagagem de experiência. Para descobrir quem são os membros da Rede Desarma Brasil em seu estado veja www.deolhonoestatuto.org.br.

Articulação com outros parceiros

Cada Comitê pode criar uma rede de parceiros para potencializar a mobilização. Professores, agentes de saúde e grupos de jovens já mobilizados, são aliados importantes, pois são referência na comunidade. O Comitê pode mapear quem, no bairro ou cidade, é uma referência e pode se juntar à campanha, e sugerir ações conjuntas. Seguem abaixo algumas sugestões para mobilizar estas pessoas:

- Agendar reuniões com: organizações com foco em prevenção da violência ou direitos humanos, jovens, mulheres, associações de bairro, escoteiros, escolas, universidades, lideranças comunitárias, OAB, CONSEGs e Igrejas. Na reunião é bom fazer uma apresentação sobre desarmamento e a campanha - datas, locais de recolhimento e como eles podem participar. **Convide as entidades a apresentarem idéias para ajudar a campanha, sugestões para divulgação e possíveis locais para postos itinerantes de recolhimento.**
- Agendar uma reunião com **Agentes da Saúde** para pensar como eles podem ajudar na campanha. Envolver uma parte deles desde o começo para pensar a campanha local, pode fazer com que eles entrem na campanha com mais força.

- Mobilizar um **grupo de voluntários** para ajudar em várias ações, como atendimento e aplicação de pesquisas nos postos ou realização de palestras sobre desarmamento.

Na primeira campanha o Instituto Sou da Paz contou com voluntários capacitados para lidar com todos os aspectos da campanha. Para isso acontecer é fundamental fazer uma capacitação inicial (veja capacitações adiante), reuniões periódicas e ter um bom canal de comunicação entre o grupo e a entidade responsável pelas atividades..

- **Mulheres:** A maioria das pessoas que têm uma arma de fogo no Brasil é do sexo masculino. No entanto, boa parte das pessoas que entregaram armas na primeira campanha eram mulheres. Elas sabem que com arma em casa existe mais medo, insegurança e riscos para a família e fazem a diferença convencendo maridos, namorados e irmãos a entregarem suas armas. Por isso, é muito importante trabalhar com organizações de mulheres e lideranças femininas.
- **Escolas:** Na primeira campanha, o medo de um acidente em casa levou muitas pessoas a entregarem suas armas. Neste sentido, através de campanhas de conscientização e desarmamento infantil nas escolas, é possível não só educar a geração do futuro, mas também fazer com que elas ajudem a educar seus pais.
O Comitê pode engajar os professores e diretores das escolas para que organizem uma “semana pelo desarmamento” com atividades como a entrega de armas de brinquedo, concursos, gincanas e bate-papos sobre o tema.
- **Jovens:** Este grupo é o que mais sofre com a violência armada, e por isso, é preciso desenvolver ações que promovam a reflexão e o questionamento sobre o uso da arma de fogo. Jovens de centros de juventude, do movimento hip-hop, pontos de cultura etc podem ser chamados para pensar como identificar possibilidades de atuação, inclusive potenciais espaços (rádios comunitárias, jornais de bairro, igrejas, escolas, universidades, cartazes em comércios locais etc) e mensagens para uma campanha local.

Capacitação, formação e sensibilização

Para que todas as pessoas - tanto as que estão envolvidas diretamente na implementação, quanto as que terão o papel de divulgar e disseminar a campanha - sejam bem informadas e consigam repassar informações corretas, é importante organizar capacitações e contar com material de apoio. Durante a primeira campanha, o Instituto Sou da Paz e o Viva Rio produziram um “kit de campanha” que foi utilizado em todo o país. Este material contava com uma apresentação (formato PowerPoint) e um documento de apoio ao palestrante que explicava didaticamente todos os argumentos e informações a serem apresentados. O kit contava com outros materiais como o layout de folhetos e cartazes, os modelos de todos os formulários necessários para o posto de recolhimento, um manual de como identificar a arma e respostas padrão às perguntas freqüentes.

Este ano, um kit atualizado com todos os materiais para funcionamento de um posto e de conscientização está disponível no site da Rede Desarma Brasil (www.deolhonoestatuto.org.br). Basta entrar no link “Kit de Campanha!” para baixar o kit completo.

Comunicação

As estratégias de comunicação devem contemplar dois tipos de mensagem, que podem ser trabalhadas juntas ou separadamente: as informações sobre procedimentos e locais para entregar uma arma, e a divulgação de motivos e argumentos para se desarmar.

- **Assessoria de imprensa e veículos de comunicação:** Pautar a imprensa é uma forma de divulgar a campanha sem gastar muitos recursos. É interessante desenvolver uma estratégia que pautar a mídia sobre os benefícios provenientes da implantação do Estatuto e que também repasse informações importantes sobre a campanha (como e aonde entregar uma arma). É importante fazer um esforço para articular rádios, TVs e jornais para que apoiem a mobilização a favor do desarmamento através de reportagens, depoimentos de entrevistados e testemunhos de seus comunicadores.
- **Atos e eventos:** Durante a primeira campanha, em vários estados do país, organizações mobilizaram a sociedade e demonstraram o engajamento a favor do desarmamento em caminhadas, jogos, shows, corridas etc. Estes eventos ajudam a criar um clima de campanha. Sugerimos organizar pelo menos um evento de lançamento da campanha para despertar o interesse das pessoas, convidando a imprensa e autoridades para a inauguração de novos postos (no Kit de Campanha há um modelo de release para a imprensa, em www.deolhonoestatuto.org.br).
- **Divulgação:** Fazer divulgação local antes da abertura do posto e durante seu funcionamento. Colar cartazes (em bares, supermercados, escolas e locais de grande circulação), distribuir panfletos, contatar mídia local e grande mídia (rádios, jornais e TV). É importante lembrar de opções como rádio comunitário, jornal do bairro, faixas, carros de som e divulgação nas igrejas e eventos locais.
- **Parcerias para impressão de materiais:** Durante a primeira campanha, em muitos municípios, parcerias entre a sociedade civil e as prefeituras permitiam a impressão e ampla divulgação de cartazes e folhetos (com um espaço em branco para preencher locais e horários dos postos). Comerciantes locais também podem financiar a impressão mediante a inclusão de sua logomarca no material.
- **Linha telefônica:** Vale a pena buscar uma parceria com as prefeituras para disponibilizar uma linha de telefone/callcenter para esclarecer dúvidas da população sobre a campanha. Pode ser um grupo de guardas municipais que atenderão ao

telefone, ou voluntários, mas todos devem ser capacitados com informações sobre a campanha e saber responder às perguntas mais frequentes (este documento está disponível no Kit de Campanha). Se não for possível, recomendamos divulgar um telefone da instituição para esclarecer dúvidas. Caso a instituição não tenha condições, pode divulgar o número da Polícia Federal.

- **Internet:** É interessante disponibilizar as informações práticas sobre onde e como entregar uma arma nos sites de cada organização envolvida, da Prefeitura e outros espaços virtuais.

B. Criação dos postos de recolhimento

Todas as delegacias da Polícia Federal funcionam como postos de recolhimento de armas, mas são poucas e não atingem todas as regiões, fazendo com que as pessoas tenham que percorrer largas distâncias. E muita gente tem resistência em ir a uma delegacia entregar sua arma, por medo de que façam perguntas ou que as armas sejam desviadas.

Para que a campanha seja bem sucedida, é FUNDAMENTAL que as Igrejas, ONGs, Associações e Prefeituras criem postos alternativos de recolhimento. Estes postos, permitidos pela Polícia Federal, dão maior capilaridade e trazem mais confiança para a população.

Durante a primeira campanha, em estados onde a sociedade civil foi bastante engajada, os resultados foram mais pronunciados, com um número maior de armas recolhidas. Alguns exemplos são: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba e Distrito Federal

Atenção: *um posto só pode funcionar se a entidade fizer credenciamento junto à Polícia Federal e se houver um policial ou guarda para receber as armas.*

Como montar um posto?

1. Antes de montar um posto, é importante entender como ele funciona.

1. Ao chegar no posto, o 'entregador' é recebido e encaminhado ao supervisor de armas. *
2. O policial federal, civil, militar ou guarda municipal arrecada a arma de fogo, a desmunicia e identifica suas características, preenchendo os formulários necessários. Após a identificação da arma, ela pode ser inutilizada, com o auxílio de uma marreta, pelo policial (ou pelo proprietário da arma, se o mesmo quiser, devidamente orientado).
3. O policial ou guarda responsável, ou o atendente do posto, verifica em casos de preenchimento pela internet, ou preenche os dados nos formulários (auto de arrecadação – 4 vias e requerimento de indenização – 2 vias).

4. Uma via do auto de arrecadação é colocada dentro do saco plástico com a arma entregue. O entregador recebe a segunda via do auto de arrecadação e uma via do comprovante de indenização. O policial ou guarda retém a terceira via do auto de arrecadação e a segunda via do comprovante de indenização e as entrega à Polícia Federal no final do dia.
5. O policial ou guarda armazena a arma em um armário seguro.
6. No final do dia, o policial ou guarda prepara o relatório de fechamento diário e/ou ofício de encaminhamento das armas recolhidas.
7. Após o expediente, o policial ou guarda escalado encaminha as armas de fogo recolhidas, assim como os formulários preenchidos, à Polícia Federal, Delegado Titular ou chefe da Guarda, que por sua vez encaminhará o material arrecadado, através de ofício (2 vias), à Polícia Federal.

Atenção: *Nesse momento, ele pode ser convidado a participar de uma **pesquisa**. A pesquisa ajuda a mapear porque as pessoas estão entregando suas armas, bem como as características das armas. A participação na pesquisa deve ser voluntária e anônima (é possível usar e ou adaptar o modelo de Questionário de pesquisa do Kit de Campanhas). Um ótimo jeito de envolver entidades da sociedade civil é estabelecer parcerias com entidades que possam disponibilizar voluntários para aplicar a pesquisa nos postos.*

2. Definir o local e funcionamento, datas, horários e estrutura

Antes de tomar essas decisões, é importante saber que é possível montar dois tipos de postos: itinerantes e fixos.

Postos itinerantes ou temporários

Em pequenas cidades ou bairros de grandes cidades, a melhor estratégia é organizar um esforço concentrado para recolher as armas. A campanha pode durar algumas semanas com alguns dias específicos para o recolhimento naquele local.

Este sistema, por durar menos tempo, simplifica a logística do recolhimento e permite que a comunidade se mobilize de maneira intensa. Para quem tem arma, saber que a campanha ficará pouco tempo naquela localidade estimula a decisão de entregar para “não perder a oportunidade”. Estes postos tendem a receber uma grande quantidade de armas de uma vez, enquanto os postos fixos podem receber menos armas por dia, porém por mais tempo.

Atenção: *A iniciativa de curto prazo só dá resultados se houver um grande esforço de divulgação, envolvendo a imprensa local (TV, jornal e rádio), os estabelecimentos comerciais e grupos organizados. Campanhas impressas podem ser afixadas nos pontos de maior*

*movimento da cidade, em locais públicos e bares, padarias, supermercados, lojas, etc...
Recomenda-se que a campanha comece pelo menos 15 dias antes da abertura do posto.*

Postos fixos

No caso de cidades grandes, onde não há delegacia da Polícia Federal ou onde a Delegacia não abrange toda a cidade, sugerimos a organização de postos de longo prazo, ou fixos.

Como os postos fixos, de maior duração, exigem maior disponibilidade de guardas ou policias para receber as armas, é comum eles serem montados nos estabelecimentos policiais ou nos comandos das guardas.

A vantagem deste tipo de campanha é que, se houver efetivo das guardas ou policias, é possível aumentar rapidamente o número de postos de recolhimento.

A divulgação deve ser intensa, não se limitando ao lançamento ou abertura do posto; caso contrário, o ritmo das entregas tende a cair. Também é muito importante que o posto esteja bem localizado, em uma área segura e reconhecida pela população como um lugar de confiança, para estimular a entrega.

Dicas para escolher o local e tipo de postos de recolhimento é importante levar em conta:

- Proximidade da população e empatia do local. Pense em locais que são referencias positivas, têm fácil acesso por transporte público e estacionamento.
- A proximidade de um outro posto policial de recolhimento não impede a abertura de um posto civil, pois o posto civil é uma alternativa para a população.
- Questões de segurança e estrutura: o local preferencialmente deverá possuir dois cômodos para realizar o recebimento. Deve ter espaço para duas mesas, a primeira para a identificação e manuseio das armas, a segunda para o preenchimento dos documentos e deve possuir um armário seguro para armazenamento das armas.
- A escolha de datas e horários é importante. Veja em quais dias e horários da semana a população teria maior facilidade em fazer entrega. Postos policiais cumprem expediente de serviço público, fechando nos finais de semana e às 17h durante a semana. Como os postos civis são alternativas, recomenda-se que abram também, se possível, nos fins de semana, não fechem para o almoço e fiquem abertos até mais tarde.
- É possível abrir postos itinerantes para recolher armas em dias ou locais alternados, usando base móvel da polícia ou Guarda, barraca, trailer, tenda etc.

3. Procedimentos formais junto à Polícia Federal

- Se a guarda ou as polícias estaduais quiserem montar postos em seus estabelecimentos, devem solicitar credenciamento à Polícia Federal de acordo com a portaria 46.
- Se a sociedade civil quiser montar um posto, deve solicitar credenciamento à Polícia Federal e depois checar junto com a guarda ou polícias estaduais se estão credenciadas junto à Polícia Federal para designar um profissional que receba a arma naquele posto. Além disso, precisa:
 - Solicitar por ofício apoio da polícia ou guarda municipal para trabalharem no posto nas datas e horário de funcionamento, pois esta é uma exigência da regulamentação da campanha.
 - Solicitar patrulhamento para o local, ao Comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal, para garantir a segurança das pessoas que entregam armas.

4. Selecionar e treinar equipe do posto

É importante contar com uma equipe que fique o tempo todo no posto, ou montar um sistema de rodízio entre as pessoas. Em princípio, 1 atendente (pode ser voluntário), 1 digitador/escrevente e 1 policial militar/civil/federal ou guarda municipal são suficientes. Dependendo do movimento do posto, pode ser necessário aumentar a equipe.

- **Voluntários:** voluntários podem ser treinados para receber o 'entregador' na sua chegada, conversar com a pessoa, entregar material impresso com informações sobre a campanha e perguntar se a pessoa quer responder a um questionário de pesquisa na sala de espera. Os voluntários também podem ajudar registrando a campanha, tirando fotos e coletando depoimentos de pessoas que entregaram suas armas (veja "Registrar a Experiência" adiante).
- **Treinamento e conscientização:** Além de capacitar a equipe sobre o funcionamento do posto, explicando procedimentos e atribuições, sugerimos uma capacitação sobre desarmamento para a equipe (inclusive os voluntários e idealmente para os policiais e guardas). Esta capacitação pode ter informações sobre os riscos e impactos negativos das armas de fogo, sobre o sucesso da primeira campanha e resultados do Estatuto do Desarmamento (utilizando o material citado em "Capacitação e sensibilização").

5. Adquirir material e infra-estrutura necessários para o funcionamento do posto

Para funcionar, o posto precisa contar com: Mesas, cadeiras, sacos plásticos transparentes para armazenar as armas, sacos de lixo grossos e pretos para recolher armas no fim do dia, papel A4, papel carbono, fita de empacotamento transparente,

grampeador, canetas, tesoura, giz, lupa e anti-ferrugem (para facilitar o desmuniamento de armas emperradas).

Os documentos oficiais e auxiliares podem ser providenciados pela Polícia Federal. Verifique com a PF de seu estado, ou o órgão de segurança conveniado, quais os documentos necessários para o funcionamento de um posto.

E não se esqueça de ter cópias do questionário de pesquisa, pranchetas e material de divulgação (faixas, banners, cartazes, panfletos).

Atenção:

Marreta: *as armas recebidas nos postos devem ser danificadas, por meio de uma marreta, na presença do cidadão que faz a entrega. Para isso, é essencial fornecer as marretas e caixa de ferro para a inutilização imediata das armas entregues.*

Kit marreta: *(marreta de 4 kg + óculos + luva + placa de material resistente - aço, ferro, concreto etc. - + caixa de madeira com areia)*

6. Registrar a experiência

Como a lei possibilita a realização de campanhas de recolhimento a qualquer momento, sua experiência pode servir de exemplo para outras organizações ou cidades interessadas em realizar a coleta de armas. Por isso, é muito importante registrar a campanha – tirando fotos, anotando o que deu certo, desafios, obstáculos e dicas. Fotos, depoimentos de quem entregou uma arma e balanços da campanha podem ser enviados para a imprensa para divulgação. Todo esse material contribui para que se tenha uma dimensão da campanha em todos os cantos do país.

Envie relatos e imagens para contato@deolhonoestatuto.org.br

Heather Sutton

Instituto Sou da Paz

Segurança Pública

1. Introdução

O aumento da criminalidade violenta, as constantes denúncias de corrupção e violência policial têm colocado em xeque o sistema de segurança pública, em especial as agências policiais.

A resposta tradicional para a exigência da opinião pública por mais segurança tem sido marcada pelo aumento do efetivo, armamento e viaturas. Ou seja, sempre “mais do mesmo”. Os efeitos pragmáticos desta medida para o controle efetivo da criminalidade e da violência têm se mostrado limitados, quando não acompanhada de políticas públicas mais abrangentes, integradas e participativas, investimentos deste tipo estão fadados à insuficiência frente à complexidade do quadro que se apresenta.

É plenamente possível alcançar a eficiência e eficácia no aproveitamento dos recursos e produção de resultados, porém é necessário um maior rigor do Estado e sociedade civil no seu papel na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de segurança pública. Ou seja, diagnosticar o problema para construir políticas públicas com plano de ações e metas, que a curto, médio e longo prazos vão sendo submetidas à avaliação e correções, rompendo, com isto, a lógica de ações reativas a demandas pontuais.

1.1. Percepção coletiva de (in)segurança: sensação de paz e do medo

A literatura sobre sociologia da violência observa que a (in)segurança possui duas dimensões:

- A (in)segurança concreta ou (in)segurança objetiva que está relacionada ao risco real de sofrer vitimização, de forma que quanto menor a ameaça maior será a segurança concreta;
- A sensação de (in)segurança ou (in) segurança subjetiva, sendo a sua maior expressão o medo ou a sua ausência de ser vitimizado, independentemente de

qualquer ameaça concreta. Assim, quanto maior for o medo maior será a sensação de insegurança.

Uma não se traduz necessariamente na outra. A sensação de segurança ou insegurança não está relacionada, diretamente, ao risco de ser vítima da violência. Cotidianamente, é possível um indivíduo se sentir seguro em um local com alto índice de ocorrências criminais, ou vice-versa. O impacto da redução do risco por uma política pública, ou por outro motivo, não significa reduzir o medo da sociedade de ser vítima de um crime.

Alguns autores atribuem o crescente medo e insegurança da população à ênfase matérias produzidas pelas mídias e aos interesses econômicos no setor de segurança privada. Este é um ponto importante para se analisar, porém, não é aconselhável desconsiderar que o grau de informação e previsibilidade sobre os acontecimentos e de credibilidade das agências de segurança pública para garantir a ordem social se constitui em um fator que influencia a sensação de segurança ou insegurança dos indivíduos. E isto nem as diferentes mídias nem um setor econômico, podem controlar totalmente.

Vale dizer que cada vez mais a percepção de segurança de determinadas coletividades está sendo construída através de estratégias particulares que utilizam a segregação em ruas com cancelas e em condomínios, que, em alguns casos, se assemelham a cidades devido a sua extensão e serviços oferecidos¹, como também através da contratação de policiais para atuar em um determinado espaço como seguranças privados².

1.2. Diagnóstico em resumo: alguns números da crise

A Constituição de 1988 marca um momento de construção da democracia no Brasil. Para isto, foi necessário repensar as diretrizes de áreas como educação, saúde, meio ambiente etc. A segurança foi o tema que mais tardiamente entrou no debate público. Apenas nos anos 90 a segurança pública sobressaiu como uma preocupação sendo emoldurada por um quadro de crescimento da violência urbana, que, segundo Adorno (2002), possui quatro tendências:

- a) Aumento da delinqüência urbana, principalmente os crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante seqüestro) e os homicídios dolosos;
- b) Emergência da criminalidade organizada associado ao tráfico internacional de drogas, colocando uma realidade nova para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal;
- c) Graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática;
- d) Aumento de conflitos nas relações intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais.

1. CALDEIRA, 2000.

2. CORTES, 2005.

Neste contexto, vê-se também o crescimento do uso das armas de fogo de alto poder letal – inclusive de uso restrito militar – nos conflitos urbanos e nas práticas de delinqüências.³ Deste cenário, conseqüentemente, deriva-se o aumento do número de mortos por arma de fogo, principalmente homens jovens, pobres, negros e pardos.

Assim, é neste contexto de agravamento da violência urbana, que as polícias – em especial as militares – estão tendo que (re)pensar a sua atribuição. Com a Constituição de 1988, o papel da polícia foi deslocado, deixou de ser segurança interna e defesa do Estado contra a sociedade, e passou a ser a manutenção de uma ordem pública pactuada em observância as garantias e os direitos individuais. As mudanças de foco legal não refletiram de imediato na prática policial nem no conteúdo dos seus cursos de formação. Até porque internamente muitas coisas permaneceram tais como foram concebidas pelo período militar em 1969 – como as divisões de competências, rotinas, procedimentos e o quadro institucional e legal das instituições policiais. Algumas mudanças que ocorreram se devem a esforços regionais e pontuais, não sendo fruto de uma reforma integrada da polícia no campo da segurança pública.⁴

1.3. O Modelo Militarista

Um dos maiores desafios para os reformadores da polícia é a herança militar na concepção do trabalho policial. Uma polícia pode ter uma organização militar sem que, para isto, tenha uma ideologia militar, ou, como também é conhecida, militarismo. Conforme ressalta Jacqueline Muniz:

“O militarismo tratado aqui, não se confunde com a necessidade funcional nem do uniforme nem da hierarquia no funcionamento de um meio de força comedido. Reporta-se a pernicioso influência do Exército sobre os assuntos de segurança pública que desconsidera as especificidades do trabalho policial”.⁵

Militarismo foi construído na década de 60 e 70 a partir da Doutrina de Segurança Nacional, sob o lugar da polícia, e pode-se identificar as suas principais características, conforme o quadro a seguir:

3. MUNIZ e ZACCHI, 2004.

4. MUNIZ e ZACCHI, 2004.

5. MUNIZ, 1999, p.11.

PARADIGMA MILITARISTA

Atitude	Reativa. Falar em segurança é falar em desordem, de um problema de polícia e da força armada.
Atividade policial	Referida a táticas de guerra, inimigo, cerco, vitória. Formalismo burocrático e militar.
Concentração	No aparato (armamento e viatura), em prejuízo da polícia técnica e das técnicas de mediação
Foco	Suspeitos em abstrato, “nós contra eles”. Traço: maniqueísta.
Pretensão	De “erradicar” o crime e “acabar com a desordem”. Não há seletividade no uso da força.
Desempenho	Referido à quantidade de prisões, de mortos em confronto, e de material apreendido.
Formação	Ênfase em táticas militares. Ensino irreflexivo.
Gerência	Refratária ao controle externo.

FONTE: Exposição feita por Jorge da Silva no curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, UFF, em 29/04/2002.

1.4. Crise de identidade

O modelo militar apresenta-se como um obstáculo para a administração de conflitos e contenção de práticas de delinqüência, observando o uso comedido da força e de forma legal e legítima.

A crise de identidade nas polícias militares é decorrente desta retomada da sua função de policiamento, que exige a revisão de seus valores institucionais, ainda hoje marcado pela forte influencia do militarismo, que passa a dar orientações incongruentes sobre o trabalho de polícia – a forma com a polícia vai estar e se relacionar com os indivíduos – para a construção de uma ordem democrática assegurando os direitos e garantias individuais.

A expressão “a prática policial é outra coisa” é recorrente entre policiais militares que evidencia a distância entre o conteúdo dos cursos de formação e a exigência prática das ruas.

Assim, um aspecto crucial para a reforma da estrutura policial diz respeito à formação tradicional com ênfase no adestramento e o condicionamento, que, frente ao cotidiano do trabalho policial, aparece como sem sentido, uma vez que é exigido dos policiais a *discricionariedade* na tomada de decisões individualizadas. O condicionamento e o adestramento são fundamentais em um combate ou em uma guerra, mas no dia a dia de uma sociedade, onde não há inimigo e que mais de 70% dos atendimentos feitos pela polícia são *não-criminais*, é importante que a polícia seja capacitada para tomar decisões no fluxo dos acontecimentos:

“Se o tradicional modelo pedagógico militar prioriza o adestramento e o condicionamento voltados para a constituição de uma força combatente, o horizonte de polícia requer uma

ênfase dirigida para a qualificação de um meio de força comedida cuja intervenção está constrangida pelos princípios da legalidade e da legitimidade. Mostra-se, pois, indispensável o desenvolvimento da capacidade individual de tomada de decisão em situações voláteis e com um elevado grau de aleatoriedade. Ter iniciativa, criatividade e discernimento para lidar com a variabilidade das circunstâncias contingentes, dos imponderáveis e, sobretudo, das emergências na vida das pessoas é parte indissociável do trabalho policial rotineiro”⁶

Por outro lado, a formação policial essencialmente em leis penais tem se mostrado ineficiente, uma vez que a atuação do policial não pode ser de criminalização da vida social. Além do que o conhecimento jurídico não oferece as ferramentas para escolher a melhor estratégia em uma ação – ainda que criminosa – em andamento.

Discricionaridade:

*Prerrogativa legal conferida à Administração Pública, explícita ou implicitamente, para a prática de atos administrativos, quanto à conveniência, oportunidade e conteúdo destes. A discricionaridade, portanto, é a liberdade de ação administrativa dentro dos limites estabelecidos pela lei e, desta forma, não se confunde com **arbitrariedade**, que significa exatamente o inverso.*

1.5. Interlocução com a sociedade:

Neste cenário de incompreensões e de busca de definições de papéis, a interação polícia e sociedade passa a ser pontuada pela incerteza e desconfiança mútuas. Tanto o policial vai adequar a sua ação às pessoas envolvidas e ao contexto, quanto os indivíduos vão buscar se orientar para a satisfação dos seus interesses privados.

“Neste contexto de precariedade institucional, os policiais e cidadãos são instados a desconhecem as regras do jogo democrático do uso da força e da expectativa de seu emprego, favorecendo comportamentos improvisados, imprevisíveis, oportunistas, discriminatórios e violentos tanto dos primeiros quanto dos segundos. É, também, neste contexto de reciprocidades amedrontadas e receosas que os atos de força legal, legítima, adequada, tecnicamente válida e eficaz se transformam em um impulso de violência, desrespeito, arbitrariedade e incompetência. Não seria imprudente dizer que uma parte dos atos excessivos praticados pelos policiais resulta menos da intenção deliberada de produzir abusos, e mais da ignorância e da falta de padrões objetivos de atuação. De todo modo, parece óbvio que o desconhecimento e a indistinção conduzem a ação policial a um ambiente de incerteza irrestrita, no qual toda e qualquer atitude, de parte a parte, torna-se possível, ampliando, com isso, o risco de vitimização tanto dos cidadãos quanto dos próprios policiais; cujos números têm atingido patamares extremamente elevados e inaceitáveis. Somente no ano de 2003, 1.195 indivíduos foram mortos no

6. Muniz, 2001, p.186

Rio de Janeiro e 868 em São Paulo pelas polícias, expressando um crescimento absoluto em relação ao ano anterior da ordem de 33,0% e 60,0%, respectivamente. E, entre 1999 e 2001, cerca de 320 policiais militares e civis foram mortos durante serviço e em folga no Rio de Janeiro”.⁷

Destas interações incertas e da fragilidade aparece a freqüente denúncia das polícias de serem corruptas, principalmente as polícias militares que são mais vulneráveis as críticas já que a natureza do seu trabalho ostensivo exige que elas fiquem na rua em contato diário com os cidadãos. Decorre daí a sua maior exposição a observação e controle social.

A corrupção ou a denúncia de corrupção abala a credibilidade social da instituição pública de atuar conforme se propõe⁸. Para diminuir a corrupção deverão ser tomadas medidas no sentido de fortalecer a instituição, tornando transparente a sua ação e seu papel, bem como qualificar e valorizar o profissional de segurança.⁹

FUNÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA

2. O que é a polícia?

A polícia moderna é uma invenção recente do ocidente, decorrente de uma insatisfação popular, que vem na esteira da formulação e reconhecimento dos direitos civis, iniciado no século XVIII¹⁰. A Polícia é pensada como instituição universal e neutra que visa à promoção da paz e ordem pública utilizando meios pacíficos, embora tenha como recurso o uso ou ameaça do uso da força física legítima.

O início do século XIX é o marco das polícias modernas. A data exata é 1829, com a criação da Polícia Metropolitana de Londres (London Metropolitan Police) por Sir Robert Peel.

A experiência cotidiana inglesa com as instituições responsáveis pela ordem social, ou seja, o exército e as polícias privadas, despertou nos indivíduos a preocupação de criar uma força pública, profissional, paga, com legitimidade e sem estar vinculada a interesses particulares. Ela deveria estar voltada para atender as demandas da sociedade, e não, como a polícia francesa, que era direcionada para a proteção do Estado.

É importante ressaltar que os princípios norteadores desta polícia são, basicamente, os mesmos que orientaram as discussões sobre polícia comunitária no final do século XX.

7. ZACCHI e MUNIZ, 2004, p.19

8. BEZERRA, 1995

9. SOARES

10. MARSHALL, 19-?

Versão resumida dos nove princípios de Sir Robert Peel (Fundador da London Metropolitan Police – 1829)

1. A missão fundamental da polícia é a prevenção do crime e da desordem, e não a repressão.
 2. A capacidade da polícia de cumprir o seu dever depende da aprovação de sua ação pelo público.
 3. Para obter e conservar o respeito e a aprovação do público, a polícia deve poder contar com sua cooperação voluntária na tarefa de assegurar o respeito das leis.
 4. O grau de cooperação do público com a polícia diminui na mesma proporção em que a necessidade do uso da força aumenta.
 5. É pela demonstração constante de sua ação imparcial, e não quando ela cede aos caprichos da opinião pública, que a polícia obtém o apoio da população.
 6. A polícia não deve recorrer à força física a menos que ela seja absolutamente necessária para fazer cumprir a lei ou para restabelecer a ordem e, mesmo assim, somente após ter constatado que seria impossível obter esses resultados pela persuasão, conselhos ou advertências.
 7. A polícia deve manter com o público uma relação fundada na idéia de que a polícia é o público e o público é a polícia.
 8. A polícia deve se limitar ao exercício estrito das funções que lhe são confinadas e se abster de usurpar, mesmo em aparência, aquelas que competem ao poder judiciário.
 9. A prova da eficácia da polícia é a ausência de crimes e de desordem e não a manifestação visível de sua ação.
-

2.1. Papel e Atuação

A polícia moderna surge na Inglaterra para atender a sociedade. Por definição, a sociedade é heterogênea, ou seja, é composta por indivíduos e grupos sociais diferentes.

É a partir da experimentação das especificidades, visões de mundo e interesses diferentes entre os indivíduos, que uma sociedade democrática vai sendo construída. Os conflitos decorrentes destes encontros e divergências resultam na construção de consensos sobre o que é admitido e o que não é na vida social.

O conflito, desta forma, é parte de uma ordem social democrática, e o papel da polícia é preservar a ordem estabelecida pela sociedade – nunca impor uma ordem. Assim, existe uma relação direta entre atuação da polícia moderna e consolidação da democracia. Nestes termos, cabe a polícia a preservação da ordem, fazer a lei ser respeitada e prestação de serviço à comunidade.

A polícia é uma força comedida com o monopólio do uso da força, que tem de atuar dentro da legalidade e legitimidade, ou seja, a ação policial tem que ser legal e possuir o consentimento dos cidadãos.¹¹

Embora o exército também possua legitimidade para o uso da força, a orientação para as suas ações possui características inadequadas para a intervenção de conflitos dentro da vida social. O exército é uma força estruturada para o combate, que vê o outro como um inimigo a ser vencido, desta forma, ele não precisa construir legitimidade da sua atuação porque o seu poder é imposto.

11. MUNIZ, 1999

DIFERENÇAS ENTRE POLÍCIA MODERNA E EXÉRCITO

	POLÍCIA	EXÉRCITO
Uso da força física	comedida	combatente
Campo de atuação	Interno (conflitos civis)	Externo (guerra)
Subordinação	Consentida	Imposta

2.2. Mecanismos de controle:

A construção de uma agência polícia em consonância com um Estado Democrático de Direito implica a construção de mecanismos de controle da sua atividade.

“Trata-se apenas de sublinhar que o controle sobre as polícias é parte integrante do processo de conquista e consolidação da democracia”.¹²

O controle sobre o trabalho policial pode ser interno – como as corregedorias – ou externo – como as ouvidorias.

A) Corregedorias de Polícia – controle interno:

Normalmente as agências polícias possuem mecanismos formais e informais próprios para fazer o controle sobre a sua atuação. Para além disto, as Polícias Militares e as Polícias Cíveis possuem, cada qual, um órgão interno, denominado Corregedoria, encarregado da investigação de crimes e infrações administrativas e disciplinares envolvendo policiais, no qual o cargo de corregedor é ocupado por um policial da corporação, escolhido e subordinado ao comandante da Polícia Militar ou ao chefe da Polícia Civil.¹³

A Corregedoria da Polícia Militar ou a Corregedoria da Polícia Civil são responsáveis por fazer a investigação preliminar, que é sigilosa, das denúncias recebidas, seja através da própria vítima ou testemunha, seja do comandante, delegado, Ministério Público, Ouvidoria de Polícia, disque-denúncia ou meios de comunicação.

Ao verificar a veracidade da denúncia, é feita uma sindicância e aplica a penalidade correspondente para faltas de natureza administrativa; ou, se for um crime, abre-se o inquérito policial para ser encaminhado para o Ministério Público que o transformará em ação penal civil ou militar.

Embora tenha a função de investigar, na prática, a Corregedoria encaminha boa parte das denúncias a unidade que o policial acusado trabalha, para que esta faça a investigação, e remeta as conclusões à Corregedoria.¹⁴

12. LEMGRUBER et al., 2003, p.25.

13. LEMGRUBER et al., 2003.

14. LEMGRUBER et al., 2003

B) Ouvidorias de Polícia – controle externo:

As primeiras ouvidorias no Brasil foram nos estados de São Paulo, em 1995; Pará em 1996; Minas Gerais, em 1997; Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul em 1999.

Embora a Ouvidoria seja uma experiência recente no Brasil, já é possível perceber os limites da sua atuação: possuem pouca independência e autonomia, poucos recursos financeiros, insuficiente número de funcionários e funcionam freqüentemente no próprio prédio da Secretaria de Segurança¹⁵

O cargo de ouvidor é exercido por uma única pessoa com o auxílio de uma equipe composta assessores policiais (civil e militar), assessores jurídicos, psicólogos, assistente social, atendente, estagiários de direito e, às vezes, um assessor de informática e um de imprensa. O ouvidor é indicado pelo governador, por escolha pessoal ou através de lista tríplice encaminhada pelos Conselhos Estaduais dos Direitos da Pessoa Humana, para um mandato de dois anos.

A Ouvidoria, no Brasil, não tem autonomia para investigar por conta própria. Ela recebe as queixas dos cidadãos relacionadas a policiais e repassa para a própria polícia para investigar.

Assim as queixas são encaminhadas para as corregedorias de polícia para que esta investigue e responda. Não existe um prazo legal para esta resposta. O que a Ouvidoria pode, e freqüentemente faz, é pedir para a Corregedoria aprofundar a investigação caso o resultado não seja satisfatório. Mas a relação entre Ouvidoria e Corregedoria não tem sido tranqüila, conforme assinala a pesquisa coordenada por Julita Lemgruber:

“O relacionamento das ouvidorias com as polícias Civil e Militar, e com as suas respectivas Corregedorias, está longe de poder ser definido como de cordialidade e cooperação; em geral é marcado por tensões, conflitos e mútuas desconfianças. As Ouvidorias acusam as Corregedorias de maquiagem investigações para salvaguardar o nome das polícias. As Corregedorias, por sua vez, acusam as Ouvidorias de lhe enviarem numerosas denúncias improcedentes e mal fundamentadas, que com freqüência seriam fruto de tentativas de vingança contra policiais.”¹⁶

Além da Ouvidoria, a Constituição de 1988 deu ao Ministério Público a atribuição do controle externo das polícias, inclusive através do acompanhamento da investigação realizada pelas Corregedorias em casos de denúncias de tortura e crimes. Na prática, porém, salvo exceções de grupos militantes, o Ministério Público, mesmo ocupando um lugar privilegiado devido a sua autonomia ao poder executivo e judiciário, ele não tem exercido o seu papel de controle externo.¹⁷

15. LEMGRUBER et al., 2003.

16. 2003, p.147.

17. LEMGRUBER et al., 2003.

2.3. O policial como o outro: polícia x sociedade?

Cotidianamente, a polícia atua quando “alguma coisa que não deveria estar acontecendo e sobre a qual alguém tem que fazer alguma coisa agora e bem”¹⁸. Ela experimenta toda a diversidade e acaso da vida social, vivenciando as situações mais inusitadas e interagindo com os mais diferentes grupos.

Entretanto, as polícias militares, nas décadas de 60 e 70, tiveram uma atuação voltada para a segurança do Estado, ao invés de ter uma preocupação com o cidadão, que, por sua vez, era colocado sob vigilância, devido a uma possível orientação política contrária aos interesses do Estado. Da experiência durante a Ditadura, propagou-se o medo da polícia pela classe média, o que só alargou os segmentos sociais que viam a polícia como fonte de arbitrariedade e truculência. Se atualmente, não existe o medo do confronto policial devido às orientações políticas, existem outros medos. Nas classes trabalhadoras, a polícia continua sendo identificada como origem da violência.¹⁹

Embora estas representações não se traduzam no comportamento e atuação de muitos policiais, o certo é que a relação polícia e sociedade possui uma história conturbada de suspeitas, violações de direitos, torturas, chacinas, corrupção e extorsão. O resultado disto é uma instituição com baixo índice de credibilidade diante da sociedade. Seja qual for a classe social, existe um desconforto decorrente do encontro com a polícia – nunca se sabe o que pode acontecer. E, se não existe confiança, como cooperar com o trabalho policial?

Por outro lado, em uma sociedade, onde as relações pessoais – os “conhecidos”, os parentes e o “você sabe com quem está falando” – frequentemente dão a medida da aplicação da lei, a lógica do trabalho policial torna-se imprevisível. A polícia oferece um tratamento desigual aos indivíduos, no mesmo sentido que a sociedade se percebe como desigual.

2.4. A Polícia no Brasil:

Em 8 de março de 1808, aportam no cais no Rio de Janeiro, o rei D. João VI, a família real e uma comitiva de 10.000 a 15.000 pessoas – fora os militares – dispostos a transformar a colônia em um “novo império”²⁰. Os portugueses recém chegados encontraram uma “população hostil e perigosa e com o espaço público na cidade ocupado por escravos africanos como nunca tinham visto em sua pátria”²¹. Para manter a ordem, o rei cria, em 10 de maio de 1808, a **Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil**, a exemplo do que já existia em Portugal desde 1760, e que por sua vez foi baseado no modelo francês. A Intendência tinha a responsabilidade pelas obras públicas e o abastecimento da cidade, segurança, ordem pública, vigilância da população, a investigação dos crimes e a captura dos criminosos. Ela é considerada a origem das polícias civis estaduais.²² Em 13 de maio de 1809, para dar suporte a Intendência, D. João VI cria a **Guarda Real de Polícia**, que originou as atuais polícias militares. A Guarda foi criada como uma força policial de tempo integral,

18. MUNIZ, 1999, p.263.

19. CARDIA, 1997; ALVITO, 2001.

20. FAORO, 2000.

21. HOLLOWAY, 1997, p.41.

22. HOLLOWAY, 1997)

com uma organização militar, com a função de manter a ordem e perseguir criminosos. Subordinada à Intendência de Polícia, a Guarda Real foi autorizada a funcionar com 218 homens, mas sempre teve dificuldade em completar o efetivo pelos baixos salários.

Passando ao longo dos anos por diversos momentos de atribuição e transformação, em 1969, através de decretos o policiamento ostensivo fardado passa a ser atribuição exclusiva das **Polícias Militares**, marcando o seu retorno à função de policiamento num contexto de ditadura militar, que significou o controle de multidões e operações de choque de manifestações civis e o “caça as bruxas”. Em 1970, através do Decreto-lei 66.862/70 as Polícias Militares recebem a determinação para se incorporarem ao serviço de informações e contra-informações do Exército, contaminando, desta forma, a sua atividade de policiamento, já comprometida, com a preocupação de produzir informação contra um “inimigo” interno.²³ Neste momento, se desenhou o modelo de polícia que vigora até hoje, ou seja, de duas agências policiais estaduais de ciclo incompleto. Uma polícia – militar – com o papel de polícia fardada e ostensiva; e outra – civil – com atribuição judiciária e investigativa.

Mas o que significa “ciclo incompleto”? A expressão indica que, ao invés de uma única instituição policial desempenhar as funções de investigação e policiamento ostensivo, estas se encontram divididas em duas polícias, que devem operar, portanto, em caráter de cooperação. A polícia militar realiza o policiamento ostensivo uniformizado; é a polícia do “antes e durante” que vemos diariamente nas ruas. A polícia civil é judiciária, ou seja, opera depois do evento ocorrido, no registro e investigação dos crimes cometidos. A primeira é de caráter essencialmente preventivo, partindo do pressuposto de que sua presença ostensiva inibe as ações criminais e de desordem pública. A segunda é, por definição, repressiva, pois opera no pós-fato, sobre as conseqüências das ações em sua investigação.

No Rio de Janeiro, em 1983, como conseqüência das eleições diretas para o governo do Estado, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro passa a ser comandada por um oficial da Polícia Militar e não mais por um oficial do Exército, no ano seguinte as mulheres passaram a ser admitidas na PMERJ. A Constituição de 1988 expressa estas mudanças ao considerar a segurança pública como dever do Estado, mas direito e responsabilidade de todos os indivíduos (CF, art. 144).

Desta forma, a década de 80 marca o início de um processo de redefinição do papel das policiais, em especial a Polícia Militar, e, como em qualquer transformação, isto não ocorre sem contradições e conflitos.

2.5. A Segurança Pública na Constituição de 1988:

A Constituição Federal de 1988 atribui ao Estado – através dos órgãos listados abaixo – o dever e a “todos” o direito e responsabilidade pela segurança pública que é descrita como preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e patrimônio:

Polícia Federal

- Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme (art. 144, §1º, inciso I);
- Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência (art. 144, §1º, inciso II);
- Exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras (art. 144, §1º, inciso III);
- Exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União (art. 144, §1º, inciso IV);

Polícia Rodoviária Federal – Fazer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais (art. 144, §2º);

Polícia Ferroviária Federal – Fazer o patrulhamento ostensivo das ferrovias federais (art. 144, §3º);

Polícias Civis – Exercer a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares (art. 144, §4º);

Polícias e Corpos de Bombeiros Militares – A elas cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (art. 144, §5º). Sendo que a polícia militar, juntamente com os corpos de bombeiros militares, são forças auxiliares e reserva do Exército (art. 144, §6º)

Guardas Municipais – Podem ser constituídas pelos municípios para a proteção dos seus bens, serviços e instalações (art. 144 §8º).

3. Sistema Judiciário Criminal Brasileiro:

As polícias – especialmente as militares – representam a parte mais visível das agências responsáveis pela segurança pública. Desta forma, vale a pena tentar compreender o sistema judiciário criminal brasileiro para assim entender o papel das polícias nele.

No Brasil, o sistema judiciário criminal envolve diferentes instituições – **Polícias, o Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e o Sistema Prisional** – com diferentes princípios de organização. O que dificulta compreender estas instituições

como um único sistema coerente, porque cada instituição atua de uma forma, e um sistema pressupõe-se que é composto por elementos inter-relacionados que operam com a mesma lógica²⁴. Desta forma, pode-se falar em subsistemas dentro do sistema judicial criminal. Tem-se, então: o das polícias, Varas criminais, Tribunal do Júri, Juizado Especial Criminal e Sistema Prisional.

3.1. A Polícia Militar:

A Polícia Militar tem como base a hierarquia e a disciplina, sendo organizada militarmente seguindo um modelo inspirado no Exército Brasileiro. Como no Exército, a PM possui Estado Maior, Cadeias de Comando, batalhões, Companhias, tropas, destacamento, regimentos etc, e o efetivo distribuído hierarquicamente em graduações ou patentes militares. É conhecida como polícia ostensiva, isto é, aquela responsável por atuar na “manutenção da ordem e da paz pública”.

3.2. A Polícia Civil e o Inquérito Policial:

A Polícia Civil é uma polícia judiciária, isto significa dizer que ela transforma o fato social, trazido pela PM ou por um denunciante, em fato jurídico. O inquérito policial é realizado pela Polícia Civil, no qual ela vai coletar indícios, ou seja sinais que indiquem que houve um crime (materialidade) e quem praticou (autoria). Esses indícios apenas apontam o culpado, podem(ou não) se transformar em prova no processo judicial. Nesta etapa, o acusado não é necessariamente escutado – em alguns casos ele não sabe exatamente como e porque está sendo investigado e sem espaço formal para que ele possa se defender.

A questão é que o conteúdo do inquérito policial – “a verdade” do inquérito – pode, e freqüentemente é, levado em consideração no processo judicial para o “livre convencimento” do juiz. Até porque nem a magistratura nem o Ministério Público possuem equipe para fazer investigações.²⁵ E, embora exista a presunção da inocência – onde todo mundo é inocente até que se prove o contrário – na prática, verifica-se o contrário, o indiciado já é olhado como culpado, tendo que provar a sua inocência.

Assim, no término do inquérito policial, caso considere pertinente, o delegado indicia o acusado para o Ministério Público.

3.3. O Processo Judicial:

A) Ministério Público:

O Ministério Público é uma instituição autônoma e tem como uma de suas funções cuidar de direitos sociais e individuais, através da ação penal pública (CF, art. 129, inciso I), assim com exercer o controle externo da polícia (CF, art. 129, inciso VII). Cabe ao Ministério Público iniciar o processo penal na esfera do judiciário, através da denúncia feita pelo

24. BUCKLEY, 1971.

25. KANT de LIMA, 1995; 2002.

promotor. Porém, se este julgar que as informações contidas no inquérito policial não são suficientes, ele pode devolvê-lo para o delegado solicitando novas diligências.

B) Advocacia e Defensoria Pública:

Segundo o Código de Processo Penal Brasileiro, nenhuma pessoa pode ser processada e julgada sem um advogado para defendê-la. Caso a pessoa não tenha recursos financeiros para arcar com os honorários advocatícios, o Estado designará um defensor público para defendê-la sem custos. É importante ressaltar que a Defensoria Pública é um órgão autônomo, ou seja, não pertence ao Poder Judiciário. E, assim como o Ministério Público, é uma instituição fundamental para o exercício da função jurisdicional do Estado.

C) Poder Judiciário:

A denúncia criminal apresentada pelo promotor será encaminhada para as varas criminais, juizados especiais criminais ou tribunal do júri conforme a natureza do delito.

As Varas Criminais:

As varas criminais absorvem as denúncias dos promotores que não são qualificadas como sendo de pequeno potencial ofensivo. O juiz criminal será o responsável por julgar o processo judicial, dando seu veredicto após interrogar o réu, testemunhas, promotor e advogado da defesa ou defensor público.

Nesta etapa, há a ampla defesa e o contraditório – que consiste respectivamente, na possibilidade de usar todos os recursos para a defesa e na oposição de teses entre a defesa e a acusação.

Assim o réu apresenta a sua defesa – na qual pode mentir – ao juiz singular que decide de acordo com o seu “livre convencimento”, pressupondo que no julgamento do juiz é neutro, racional e imparcial na sua busca pela verdade real. Este procedimento favorece o que foi escrito no processo e no inquérito, a interpretação pessoal do magistrado (e, portanto, os conceitos gerados em sua origem social, por exemplo) e o caráter implícito dos acontecimentos.²⁶

O Julgamento pelo Tribunal do Júri:

Nos crimes intencionais contra a vida humana, ao proferir a sentença, o juiz poderá desclassificar o delito, dar a absolvição sumária, a impronuncia ou pronuncia do réu, no último caso, o réu tem o seu nome inscrito no rol dos culpados. No julgamento pelo tribunal do júri, o réu será julgado por jurados escolhidos por sorteio de uma lista anual de nomes. Os jurados não podem discutir o caso entre si e o voto é secreto conforme a consciência de cada um²⁷. Ou seja, não há negociação, troca de idéias ou opiniões, a decisão dá-se por votação.

26. KANT de LIMA, 2002.

27. KANT de LIMA, 2002.

Juizados Especiais Criminais – JECRIM:

O JECRIM foi criado pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei 9.009/95, a fim de dar rapidez ao processo judicial e desafogar a Varal Criminal, julgando os crimes de *menor potencial ofensivo*, a partir dos “princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, celeridade, economia processual, conciliação e transação”.²⁸ Assim, o processo seria mais rápido, com menos formalidade e a sentença refletiria um consenso entre as partes. O JECRIM possibilita ainda que as partes entrem em acordo sobre a pena a ser aplicada, podendo substituir a pena de prisão por penas chamadas de alternativas, como: pagamento de cestas básicas, prestação de serviços à comunidade ou pagamento de multa. Ainda aqui, não há negociação ou acordo sobre a culpa ou responsabilidade, somente sobre a pena a ser aplicada.

3.4. Sistema prisional:

O sistema prisional é responsável por executar as penas de reclusão, tendo como princípio a ressocialização do apenado. Existem diferentes tipos de unidades prisionais, que correspondem as etapas do processo judicial, sendo as casas de custódia e os presídios destinados a pessoas que aguardam o julgamento. As penitenciárias são destinadas à execução penal, que pode ser em regime fechado ou semi-fechado.

Vanessa Cortes

Viva Rio

28. KANT de LIMA, 2002, p 269.

Fluxograma

CAMINHO PERCORRIDO POR UM FATO



5. Referência Bibliográfica:

- ADORNO, Sérgio. *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. In *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº8, jul/dez 2002, p 84-135.
- ALVITO, Marcos – *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BAYLEY, David H. - *Padrões de Policiamento: uma análise comparativa internacional*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. (Polícia e Sociedade; nº1)
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro, ANPOCS, ed Relume Dumará, 1995.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Ed Saraiva, 1997.
- BRETAS, Marcos Luiz. A Polícia carioca no Império. In *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, p. 219-234.
- BUCKLEY, Walter. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. São Paulo, Cultrix, editora da USP, 1971.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio – *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Edusp, São Paulo, 2000.
- CARDIA, Nancy – *O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos*. In *Tempo Social*; ver. Sociol. USP, São Paulo, 9 (1): 249-265, maio de 1997.
- CORTES, Vanessa de Amorim – *Espaço urbano e segurança pública: entre o público, o privado e o particular*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2005.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 10ªed. – São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, ed. FGV, 1997.
- KANT de LIMA, Roberto – *“Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público”*. In: GOMES, L.G., BARBOSA, L., DRUMMOND, J.A (org.). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.105-123.
- KANT de LIMA, Roberto. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro, ed Forense, 2ªedição, 1995.
- KANT de LIMA, Roberto, AMORIM, Maria Stella, BURGOS, Marcelo. *Os juizados especiais no sistema judiciário criminal brasileiro: controvérsias, avaliações e projeções*. IN Revista Brasileira de Ciências Criminais, IBCCRIM/Editora Revista dos Tribunais, nº 40, out/dez. 2002, p.255-81.
- _____. *Juizados Especiais Criminais, sistema judicial e sociedade no Brasil: ensaios interdisciplinares*. Ed. Intertexto, Niterói, 2003
- LEMGRUBER, Julita, MUSUMECI, Leonarda e CANO, Ignácio – *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2003.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 19-?
- MISSE, Michel. *Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil*. In *Violência e Participação Política no Rio de Janeiro*, Série Estudos, IUPERJ, nº91, agosto de 1995, p.23-39.
- MUNIZ, Jacqueline. *A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras*. In *Security and Defense Studies Review* . Vol. 1, Winter 2001, 1997.
- _____. *Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser*. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. IUPERJ, tese de doutorado, 1999.
- MUNIZ, Jacqueline e SOARES, Bárbara Musumeci. *Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, Unesco, julho de 1998.
- MUNIZ, Jacqueline e ZACCHI, José Marcelo. *Avanços, Frustrações e Desafios para uma Política Progressiva, Democrática e Efetiva de Segurança Pública no Brasil*. Textos PROSUR / Segurança Cidadã, junho de 2004.
- SILVA FILHO, José Vicente. *Fundamentos para a reforma da polícia*. In *Análise e Pesquisa*, dez/2001 (http://www.josevicente.com.br/pesquisas/pesq_05.htm, acesso em 13/06/06)
- SOARES, Luiz Eduardo. *Entrevista ao Instituto Sou da Paz*.

Juventude e violência armada: diagnóstico e propostas

Introdução

Um dos grandes desafios do cientista social é saber delimitar bem seus temas de pesquisa. Há diferentes perspectivas a tomar e critérios a adotar ao definir as fontes do trabalho. A juventude brasileira cabe perfeitamente nessa categoria de assuntos que permitem uma variedade de recortes distintos. Mas, talvez, o grande desafio é como abordar um grupo social sob o qual recaem tantas dinâmicas negativas sem reforçar estigmas e sem esquecer seu potencial de inovação.

A fonte do dilema está justamente no caráter ambíguo da representação social sobre a juventude. A tematização sobre os jovens historicamente remete a um visão dupla, de quem é visto ora como a novidade e a transformação, mas também como a ameaça.

Podemos pensar que a questão juvenil é transversal nesta cartilha, perpassando todos os seus outros temas. No campo da segurança pública, jovens e policiais estão no centro do problema da violência, o que exige a formulação de políticas atentas para a questão juvenil. Com relação às drogas, faz parte do universo das culturas juvenis o uso de drogas, como meio para a experimentação tão típica dessa fase da vida. E, por fim, não só há uma forte conexão entre a construção de masculinidades e a posse de armas, como sabemos que o resultado é o número impressionante de homens jovens vítimas letais de armas de fogo. Por todas as razões acima descritas, são os jovens quem talvez mais tenham a ensinar sobre esses mesmos temas e, diante disso, devem ser vistos como parceiros para entendimento e proposição de respostas aos problemas de que estamos tratando. Antes de tudo, é preciso incorporá-los como interlocutores privilegiados nos espaços de decisão política.

Na primeira parte deste texto, trataremos de aspectos mais gerais e negativos a que estão sujeitos os jovens, no que diz respeito à educação, acesso ao mercado de trabalho e consumo de drogas.

Na segunda parte, falaremos especificamente dos jovens envolvidos em violência armada, com o propósito de entender o fenômeno para a melhor definição de soluções.

E, por último, vamos abordar algumas boas práticas que tentam utilizar positivamente o potencial dos jovens.

Um breve diagnóstico

Segundo a legislação brasileira, considera-se criança todo indivíduo de até 12 (doze) anos de idade incompletos e adolescentes aqueles que têm entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade incompletos. Os jovens são aqueles com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte quatro) anos. Há ainda um padrão internacional que estende essa faixa etária juvenil até os 29 (vinte nove) anos, e que é utilizado pela Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude no Brasil.

Para além das determinações etárias, estamos falando de um grupo social bastante heterogêneo e desigual entre si. Essa diversidade é alimentada pelas condições socioeconômicas (a origem social, a renda familiar, e o nível de desenvolvimento da região em que vivem) e pelas diferentes exigências relacionadas a papéis que homens e mulheres e grupos raciais distintos tradicionalmente ocupam na sociedade.

Dados da Projeção Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – revisão 2004) apontam que, em 2006, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 51,1 milhões de pessoas, o que então correspondia a 27,4% da população total. Este contingente é 48,5% maior do que aquele de 1980, quando havia no país 34,4 milhões de jovens; no entanto, ainda é menor do que os 51,3 milhões projetados para 2010. As projeções indicam, no entanto, que a partir daí a tendência de crescimento da população jovem deverá se reverter, havendo uma redução progressiva no número absoluto de jovens no Brasil, que chegará a 2050 em torno de 49,5 milhões.

O peso significativo da população juvenil comprova a importância que as questões relativas a esse grupo têm ganhado. É preciso conhecer a fundo o desafio que representam para as políticas públicas brasileiras.

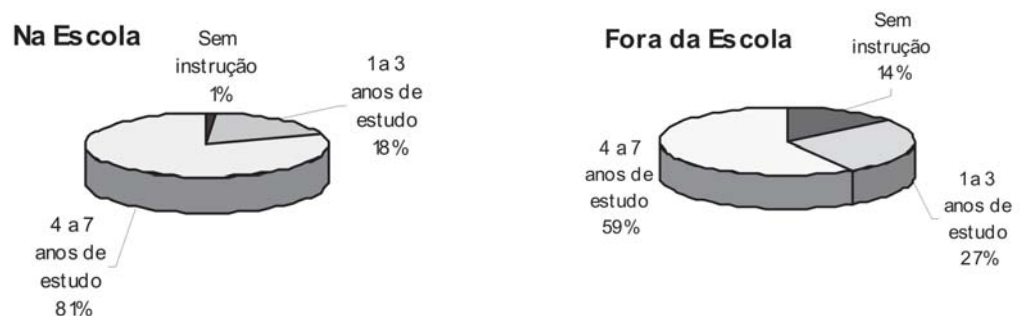
No que diz respeito à educação, a avaliação puramente quantitativa deste dado infelizmente pode levar ao erro. O Brasil possui aproximadamente 97% de suas crianças na escola. No entanto, o processo de escolarização é marcado por desigualdades e oportunidades limitadas. As trajetórias escolares são muito irregulares, com desistências e retornos.

A frequência ao ensino médio na idade adequada ainda não abrange metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos, e cerca de 34% deles ainda estão retidos no ensino fundamental. O acesso ao ensino superior é ainda mais restrito, com apenas 12,7% dos jovens de 18 a 24 anos frequentando esse nível de ensino. A proporção de jovens fora

da escola, por sua vez, é crescente conforme a faixa etária: 17% na faixa de 15 a 17 anos, 66% na de 18 a 24 anos.

Assim, a defasagem e o abandono escolar são a realidade de muitos. Segundo demonstra o gráfico abaixo, a grande maioria da população jovem tem de 4 a 7 anos de estudo (81% para os defasados e 59% para os que fora da escola); uma parcela significativa tem de 1 a 3 anos (18% para os defasados e 27% para os excluídos). Em situação de analfabetismo, há 1% entre na escola e 14% dentre os que estão fora da escola.

Jovens de 15 a 24 anos, defasados ou fora da escola, por anos de estudo



Fontes: Censo Populacional 2000 e PNAD 1999 - IBGE. Censo Escolar 2002 - INEP. Pesquisa ISER, 2003

Com relação ao mercado de trabalho, a “crise do emprego”, que abateu as economias desenvolvidas na década de 1980 e atingiu o Brasil nos anos 1990, ameaçou a incorporação ao mercado de trabalho de grandes contingentes de jovens saídos da escola. Diante dessa dificuldade, duas tendências se configuraram entre os jovens. Aqueles de família com maior poder aquisitivo preferiram adiar a procura por colocação profissional, investindo na formação educacional como estratégia para uma inserção econômica mais favorável no futuro. Os jovens das famílias mais pobres, vendo-se obrigados a trabalhar, submetem-se a empregos ruins e mal remunerados e investem pouco na formação educacional. Em ambos os casos, assiste-se ao bloqueio da possibilidade da emancipação econômica do jovem e postergação da sua passagem para a vida adulta, caracterizando uma situação a que a literatura da área tem chamado de prolongamento da juventude¹.

Embora se verifique que, em comparação com décadas anteriores, os jovens com idade inferior a 16 anos têm protelado sua entrada no mercado de trabalho, segundo o IPEA (2008) ainda existe uma taxa de participação alta para grupos que, legalmente, não deveriam estar no mercado de trabalho (em 2006 a taxa de atividade para pessoas entre 10 e 14 anos foi de 10,8%) e para o grupo que, supondo o fluxo escolar regular, deveria estar cursando o ensino médio (para as pessoas de 15 a 17 anos, a taxa de participação foi de 39,3% em 2006).

1. Esse prolongamento tem relação também com a emergência de novos padrões comportamentais no exercício da sexualidade, da nupcialidade e na conformação dos arranjos familiares. Os modelos tradicionais de transição para a vida adulta supunham uma linearidade que já não se verifica mais, como a entrada no mercado de trabalho, o casamento, o nascimento de um filho. O que se vê hoje é uma despadronização do curso da vida (CARAMANO, 2006).

Além disso, os jovens apresentam taxas de desemprego substancialmente maiores que as dos trabalhadores adultos; em 2006, enquanto a taxa de desemprego era de 5% entre os adultos de 30 a 59 anos, observavam-se índices de 22,6% entre os jovens de 15 a 17 anos, 16,7% entre 18 e 24 anos, e 9,5% entre 25 e 29 anos.

Altas taxas de desemprego, ocupações precárias e baixos salários têm comprometido seriamente a trajetória educacional e profissional dos jovens brasileiros. Além disso, refletem diretamente nas garantias sociais, trabalhistas, na condição e no exercício da cidadania, tendo em vista que o vínculo com a rede pública de proteção social ainda se dá em grande medida via inserção no mercado formal de trabalho.

Finalizando, a questão do risco é eminentemente juvenil, resultado das múltiplas vivências no espaço público, longe da proteção da esfera familiar, como forma de construção de identidade e autonomia. Situações de risco são traduzidas como envolvimento com drogas, violência, transmissão de doenças sexualmente transmissíveis. Analisando alguns dados podemos entender em parte a relevância que o tema tem tomado. Nos casos notificados de AIDS corresponde a 30% na população de 15 a 29 anos (SENAD, 2005). Quanto ao uso de drogas, o grupo de 18 a 24 anos é aquele em que se registram as maiores percentagens de dependentes de álcool: 19,12% contra 12,3% observados para o total de todas as idades a partir dos 12 anos (SENAD, 2005). Sobre o tema da violência trataremos separadamente.

Os indicadores aqui tratados alertam para a gravidade da situação da população juvenil e dos seus efeitos a longo prazo. Os estudos sobre desigualdade há muito afirmam que a estrutura desigual de recursos e oportunidades em uma determinada fase da vida pode causar efeitos nas etapas seguintes, assumindo uma feição de acumulação de desvantagens e potencializando a transmissão de desigualdade (HASENBALG; SILVA, 2003).

Crianças e jovens em violência armada: entendendo o fenômeno

A juventude encontra-se nas duas extremidades da criminalidade violenta, como vítimas e agressores. Embora estudos apontem múltiplos fatores que influenciam a adesão de jovens de várias classes sociais ao comportamento violento, sabe-se que a criminalidade armada envolve e afeta de modo mais grave um grupo particular: jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos, moradores dos bairros pobres das grandes cidades, que deixaram a escola antes de completar o ensino fundamental.

Brasil não está em estado de guerra há dois séculos, mas ainda assim só em 2006 os homicídios de jovens atingiram a marca de 17.312 (WASELFISZ, 2008). Sabemos também que 92,5 % dessas mortes são provocadas por armas de fogo, e parece razoável a equação que associa o problema da violência letal à dinâmica da violência armada. Verifica-se, partir de 2003, um processo de reverter a escalada desses casos principalmente em virtude das estratégias de desarmamento (estatuto e campanha), mas ainda não é possível perceber queda sustentável e progressiva ao longo do tempo.

Chamamos de violência armada organizada uma situação intermitente de conflito armado, resultante da ação de grupos armados não-estatais, organizados, ou semi-organizados, territorialmente definidos e tendo controle efetivo sobre as comunidades, utilizando armas leves (DOWDNEY, 2003).

Essa definição é resultado de avaliação da situação do Rio de Janeiro, realizada pelo VIVA RIO em 2002. Crianças e jovens que fazem parte de violência armada organizada não são crianças-soldado. Embora os níveis de violência em certas partes do Brasil são comparáveis a situações de guerra, há diferenças significativas com a situação das crianças-soldado.

Primeiramente, as facções de drogas não têm ambição política, nem o desejo de substituir o Estado, como o faria uma força militar em estado de guerra tradicionalmente definido. Embora haja um discurso sobre o “poder paralelo” das facções em certas comunidades, não é possível afirmar que há uma competição direta do tráfico com o Estado. A dominação das facções é simultânea à presença (limitada) do Estado nesses territórios. O Estado fracassou na afirmação de um contrato social com os moradores de favela, o que os traficantes fazem com muita eficiência.

Segundo, a categorização é muito importante na medida em que determina as medidas que serão tomadas em resposta ao problema. Seria problemático definir crianças e jovens em violência armada como criança-soldado, porque justificaria o uso da força do Estado sobre elas. Sabemos que circula no que diz respeito à situação de violência um discurso da guerra, mas este só tem contribuído para alimentar a espiral da violência. Daí a necessidade em pensar a violência armada organizada como um fenômeno em si.

Soluções fáceis ou simplistas, como a redução da idade de responsabilidade penal, sanções discriminadas para os adolescentes e jovens pertencentes aos grupos acima referidos, ou sistemas baseados em repressão não oferecem opções concretas para desvincular crianças e jovens destes grupos, assim como medidas desta natureza não trazem quaisquer melhorias.

O enfrentamento passa por uma ampla agenda que deve incluir não apenas políticas específicas para a juventude, mas incluir um conjunto de outras como, política para as cidades, política de segurança pública e política de controle de drogas e armas.

Uma política para a juventude passa, por um lado, por priorizar a educação formal, desenvolvendo programas educacionais para jovens que estão fora da escola. Para isso é necessário pensar a metodologia pedagógica, com materiais e estilos ajustados ao ritmo da juventude urbana. As escolas devem ser pólos locais de artes, cultura e esportes.

Por outro lado, é necessário criar programas de regate de jovens que estão envolvidos com a violência. Precisamos de ousadia institucional neste ponto. Temos que pensar e propor novas estratégias para enfrentar o fenômeno revisando as leis e os procedimentos de abordagem do crime entre crianças e jovens. Existe a necessidade real de criar e desenvolver programas específicos de reabilitação, com capacitação

profissional, estratégias de reintegração na sociedade e na comunidade local e tratamento psicológico para lidar com a sua participação anterior em situações de combate, mortes e torturas. O pacote de ações deve incluir a reforma do sistema de justiça juvenil, com foco no funcionamento das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas. As medidas de reforma incluem melhoria da estrutura física, profissionalização no atendimento ao menor infrator, projetos coordenados e unificados nas unidades, desenvolvimento de projetos em parceria com a sociedade civil, sistema de acompanhamento dos menores após o cumprimento da medida.

Finalmente, para prevenir o envolvimento de jovens no comércio de drogas é preciso investir na comunidade como um todo, através de investimentos de infra-estrutura física e social, proporcionando policiamento preventivo. Programas de prevenção devem oferecer aos jovens apoio adequado, alternativas culturais e econômicas, perspectiva de uma vida melhor com métodos realistas para alcançá-la.

Existem no Brasil e no mundo programas da sociedade civil, bem sucedidos no trabalho de prevenção e de retirada de jovens do mundo do crime, uma lista de exemplos se encontra no anexo. Essas experiências servem como bons exemplos e inspiração sobre como atuar nessa área. É necessário apoiar e multiplicar esses programas.

Um caminho a seguir

Existem diversas formas de ser jovem. Dentro de uma comunidade pobre são poucos os jovens que optam pelo caminho da criminalidade. Muitos estão se esforçando em qualificar profissionalmente, desenvolvendo atividades artísticas e culturais, trabalhando em prol de suas comunidades, explorando diversos circuitos de troca, construindo formas de sociabilidade própria.

Para a elaboração de políticas de juventude é necessário ultrapassar a visão estritamente adulta do fenômeno, que analisa a problemática da juventude e suas diversas formas de expressão como se se tratasse de um laboratório. É preciso um exercício de empatia e de dar voz e consciência aos jovens, porque também seus pontos de vista, suas preocupações, necessidades, inquietudes e medos contribuem para a construção do fenômeno da violência, por exemplo. Os jovens não são apenas o futuro, mas o presente.

Boas práticas

Há alguns programas com foco em jovens envolvidos em violência armada organizada, mas nenhuma política pública de enfrentamento do problema. Segue abaixo, a descrição de alguns desses exemplos:

Brazil

Fica Vivo! É um programa de controle de homicídio, implementado por um grupo de instituições parceiras, sob a coordenação do CRISP (Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública): polícias militar e civil de Minas Gerais, Polícia Federal, Ministério Público, Prefeitura de Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, SEBRAE, Câmara de Dirigentes Logistas, organizações não governamentais, movimentos sociais e a comunidade local. O programa oferece atividades educacionais, profissionalizantes e workshops para jovens de 15 a 24 anos. Além disso, um grupo especializado em áreas de risco da PMMG realiza um trabalho de patrulhamento nas ruas da comunidade.

Mais informações: <http://www.seds.mg.gov.br/eixos_ficavivo.asp>.

Diadema: Desde 2001, a prefeitura de Diadema vem realizando intervenções na área de segurança e prevenção. Dentre elas, se destaca o Jovem Aprendiz, cujo público-alvo são jovens de 14 a 16 anos, moradores de áreas de risco. Aos beneficiários do programa, são oferecidas bolsa-auxílio, atividades culturais e esportivas, reforço escolar, treinamento profissional e postos de trabalho em empresas parceiras do programa.

Mais informações: <<http://www.braudel.org.br>>.

Luta Pela Paz: Trabalho de prevenção e reintegração daqueles já envolvidos com grupos armados, através do boxe, complementado com outras atividades esportivas e educacionais e apoio na entrada do mercado de trabalho. Os objetivos últimos do programa é a promoção de uma cultura de paz e a formação de novos líderes.

Mais informações: <<http://www.lutapelapaz.org.br>>.

Rotas de fugas: Iniciativa do Observatório de Favelas (RJ), com o objetivo de criar e implementar metodologias de prevenir a entrada de jovens em grupos armados e criar alternativas para os já envolvidos. O projeto tinha quatro etapas: pesquisa, sensibilização, mobilização e articulação de redes pra enfrentamento do problema. Mais informações: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br>>.

Soldado Nunca Mais: Criado pelo Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social, trabalha pela prevenção da criminalidade e oferta de alternativas aos jovens já envolvidos com esses grupos. O projeto conseguiu respeito inclusive dos chefes das facções de drogas, que apóiam a saída de muitos jovens da criminalidade.

Mais informações: <<http://www.ibiss.info>>.

COAV-cidades: Teve como objetivo desenhar políticas locais para prevenir que crianças e jovens entrem em grupos armados, além de desarmar, desmobilizar e reintegrar aquelas que já estão envolvidas em violência armada organizada ou em situação de pós-conflito,

através de uma cooperação internacional interligando as cidades de Niterói (Brasil), Medellín (Colômbia), Zacatecoluca (El Salvador) e Cidade do Cabo (África do Sul). Representantes do governo, da sociedade civil e jovens reuniram-se em grupos de trabalho, procurando maximizar os conhecimentos e experiências para desenvolver um plano de política local para enfrentamento do problema. Paralelamente, os grupos trocaram idéias e compartilharam experiências e boas práticas para prevenção e reintegração de crianças e adolescentes em contextos de COAV.

Mais informações: <<http://www.coav.org.br>>.

Haiti

Tambou Lapé (Tambores da Paz): No dia 16 de maio de 2007, os líderes de um grupo armado, historicamente rivais, assinaram um acordo de paz, negociado e monitorado pelo Viva Rio e pelo Comitê Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (CNDDR). O acordo proibiu a posse de armas leves na comunidade e propôs benefícios à população² de 11 regiões da grande Bel-Air, em troca de um período de paz e antigos líderes de gangues transformaram-se em mediadores locais. A participação dos militares brasileiros foi vital para a consolidação do processo de paz. No dia 16 de maio de 2008, um novo comprometimento foi acordado – chamado de II Acordo de Paz, expandindo-se para 20 áreas da região.

Mais informações:<<http://www.vivario.org.br>>.

Ana Carolina Rodrigues e Rebeca Pérez

Viva Rio

Bibliografia

CARAMANO, Ana Amélia (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CASTRO, Jorge Abrahão e AQUINO, Luseni. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: IPEA. Textos para discussão. 2008

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico.** Sette Letras/Viva Rio/ISER, 2003

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Origens e destinos:** desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip-hop invadem a cena.** RJ: Ed. da UFRJ, 2000.

SENAD/CEBRID. II Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, 2005.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros.** RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, 2008.

2. Estabeleceu-se que ao final de cada mês sem mortes violentas, cada área seria beneficiada com três bolsas escolares para crianças. A cada mês ocorreria também um festival de rua de grupos rara, uma tradição haitiana.

O controle das drogas

O tráfico de drogas e seus malefícios afetam o planeta de forma global, independente de regiões, religiões, tendências políticas, situações econômicas e raças. O controle de drogas originou-se na complexa combinação de situações econômicas, sociais e sanitárias dos diferentes países que somaram algumas iniciativas de proteção do bem estar humano.

A comunidade internacional representada nas Nações Unidas formulou a Convenção Única de 1961 proibindo uma lista de substâncias narcóticas. Dez anos depois, em 1971, formulou a Convenção de Substâncias Psicotrópicas; logo, em 1988, formulou a Convenção Contra o Tráfico Ilícito, proibindo os chamados precursores químicos, substâncias necessárias para a fabricação das drogas incluídas nas listas das convenções anteriores e, em 2003 a Convenção marco sobre controle de tabaco da Organização Mundial da Saúde¹. Todas essas medidas estiveram orientadas a eliminar a produção, a distribuição e o consumo de drogas.

1. Para ver a lista de substâncias: <http://www.incb.org/pdf/e/list/green.pdf>

2. Jelsma, Martin, "O estado atual do debate sobre políticas de drogas". Documento apresentado a Primeira Reunião da Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia, Abril de 2008.

Revisão dos dez anos da UNGASS

A Sessão Especial sobre drogas da Assembleia Geral da ONU (UNGASS), de 1998 propôs para 2008 a erradicação das drogas no mundo. Durante esse período, as políticas de controle às drogas implementadas tiveram uma ênfase marcada pela repressão, principalmente nos países da América Latina. A chamada *guerra às drogas* teve drásticas conseqüências: a repressão gerou deslocamentos das áreas de cultivo, diversificou as organizações de comércio e tráfico de drogas, e potencializou os conflitos armados em todo mundo².

As pesquisas hoje mostram que o consumo de drogas como a maconha e a cocaína mais que dobrou. Grandes margens de lucros têm impulsionado a oferta para além da demanda, o que gera uma consistente tendência de declínio dos preços³, facilitando sua comercialização.

Segundo John Walsh⁴, enquanto o preço da cocaína diminui, seu grau de pureza tende a aumentar.

O Problema crescente das drogas

O problema das drogas ainda crescente na América Latina deriva também das fragilidades institucionais da região, ao mesmo tempo em que contribui com elas. Desta maneira ameaça a segurança pública, a democracia e os direitos humanos.

Ainda há receio ao falar sobre drogas. Para promover uma política mais humana é preciso quebrar o tabu e debater sobre o assunto sem medo. A preocupação geral com a atual situação levou à constituição da Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia⁵, cuja meta é contribuir com a reflexão sobre a problemática na América Latina e as possíveis mudanças das políticas preventivas e repressivas (talvez, retirando estas palavras, fique menos evidente o apoio a políticas não-repressivas) em vista aos dez anos da UNGASS.

Comissão Latino Americana sobre Drogas e Democracia

Em Fevereiro de 2009, após um ano de estudos, entrevistas e reuniões, a Comissão Latino Americana sobre Drogas e Democracia publicou seu relatório final no Rio de Janeiro – uma Declaração⁶ avaliando a atual Política de Drogas e seus impactos na América Latina. O documento é uma resposta ao que a Comissão considera o fracasso da política de pura e exclusiva repressão às drogas, liderada pelos Estados Unidos e respaldada pela ONU. O combate ao narcotráfico, os esforços para reduzir a produção, o transporte e o comércio de entorpecentes são ressaltados neste documento, que busca situar os países da América Latina no contexto do tráfico internacional de drogas, expondo falhas e acertos, buscando indicar saídas para este flagelo.

Drogas e Democracia: Rumo a uma Mudança de Paradigma propõe cinco passos para essa mudança. São eles:

1. Transformar os usuários que hoje compram drogas no mercado ilegal em pacientes do sistema de saúde e, assim, reduzir os efeitos das drogas na sociedade.
2. Avaliar com um enfoque de saúde pública e fazendo uso da ciência médica mais avançada, a conveniência de descriminalizar o porte de maconha para consumo pessoal, de modo a isolar traficantes e consumidores para aplicar políticas mais eficazes para cada um dos casos.

3. Fernandes, Rubem César, "Drogas e Democracia na América Latina: Uma introdução". Documento apresentado a Primeira Reunião da Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia, Abril de 2008.

4. Walsh, John, "Connecting the dots. ONDCPs (reluctant) and cocaine price and purity", WOLA, 2007.

5. www.drogasedemocracia.org

6. Para ler a Declaração na íntegra: http://drogasedemocracia.org/files/2009/03/livro_port_03.pdf

3. Reduzir o consumo através de campanhas inovadoras de informação e prevenção que possam ser compreendidas e aceitas, em particular pela juventude, que é o maior contingente de usuários.
4. Focalizar as estratégias repressivas na luta implacável contra o crime organizado, priorizando a luta contra os efeitos mais nocivos do crime organizado para a sociedade, como a violência, a corrupção das instituições, a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas, o controle de territórios.
5. Reorientar as estratégias de repressão ao cultivo de drogas através da combinação de esforços de erradicação utilizando programas de desenvolvimento alternativo e também programas de desenvolvimento social de fontes de trabalho alternativo, de educação democrática e de busca de soluções em um contexto participativo.

A Reunião da Comissão de Drogas Narcóticas (CND)

A Organização das Nações Unidas conta com uma série de instituições que coordenam os esforços de cada país para a questão do controle de drogas. O órgão central para este tema é o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime⁷. Entretanto, há duas outras instituições importantes, a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes⁸, que avalia o grau de respeito aos tratados internacionais que versam sobre o controle de drogas, e a Comissão de Narcóticos⁹.

Este último órgão é composto por representantes de 53 países e se reúne periodicamente de modo que cada governo expresse suas opiniões, demande medidas e para que, juntos, os países determinem a política internacional de drogas a ser seguida.

Nos dias 11 e 12 de março de 2009, aconteceu a reunião deste órgão em Viena. Tradicionalmente, as reuniões são marcadas pelo consenso quanto à necessidade de endurecer a política de erradicação de cultivos ilícitos, repressão ao consumo e esforços para bloquear as rotas do comércio ilegal.

Contudo, este ano a reunião foi marcada por vezes de dissenso. A Comissão Européia publicara um relatório poucos dias antes do encontro de Viena criticando as atuais políticas, não por estarem erradas, mas por serem ineficazes. A nova proposta era a de endurecer o combate ao cerne do tráfico de drogas, ou seja, ao crime organizado e poupar o consumidor da dureza da repressão. Este último seria tratado pelo sistema de saúde pública, de modo a reduzir o total de danos a que este se expõe.

Embora o documento final da Comissão de Narcóticos tenha sido aprovado com o aval de todas as delegações presentes, um grupo de 26 países¹⁰ liderados pela Alemanha, informou que irão interpretar a expressão “serviços de apoio” como “redução de danos”. Esta nova atitude indica que mudanças na política internacional de drogas surgiram no horizonte e se aproximam. Devagar, porém constantemente.

7. www.unodc.org, para ver o site em inglês ou www.unodc.org.br para acessar o escritório regional no Brasil.

8. <http://www.unodc.org/brazil/pt/jife.html>

9. <http://www.unodc.org/brazil/pt/cnd.html>

10. Austrália, Bolívia, Bulgária, Croácia, Chipre, Estônia, Finlândia, Geórgia, Alemanha, Grécia, Hungria, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Romênia, Santa Lúcia, Eslovênia, Espanha, Suíça e Reino Unido.

Desafios futuros e mudança de paradigma

Segundo Martin Jelsma, especialista em políticas de drogas, e coordenador do projeto “Droga e Democracia” do Transnational Institute¹¹, o verdadeiro desafio é encontrar o perfeito equilíbrio entre a proteção da saúde pública ao se estabelecer certo controle, por um lado, e as conseqüências negativas de um controle excessivamente repressivo, pelo outro.

Esse esforço tem sido realizado pelas organizações européias que mudaram o enfoque de tolerância zero para um maior equilíbrio entre repressão e proteção, dando lugar a um novo paradigma, sendo a proporcionalidade, a flexibilidade e a redução de danos alguns dos seus princípios básicos. Com este último busca-se reduzir ao máximo os danos associados às drogas para o consumidor e para a sociedade em geral, através de ações que vão do tratamento de reabilitação de dependentes químicos à contenção da epidemia do HIV/AIDS.

No princípio da proporcionalidade, o controle das drogas deve respeitar plenamente os direitos humanos – o qual requer uma proporcionalidade penal nas sanções. Já a flexibilidade leva em consideração as diferenças socioculturais – pois as normas estabelecidas internacionalmente devem deixar margens de manobra para os países se ajustarem a certos princípios de direito nacional ou para proteger, por exemplo, os direitos dos povos indígenas a manter suas praticas e costumes, por exemplo, plantadores de coca na Bolívia e no Peru.

É preciso que todos os setores da sociedade se envolvam na reflexão que atinge não só a nossa juventude mas também nossas instituições. Com o compromisso de fortalecer o estado democrático e os direitos humanos, é preciso estar aberto a esse novo debate, com a disposição de enfrentar os novos desafios que o seguirão.

**Gabriela Pinheiro,
Alessandra Oberling e
Pedro Vicente Bittencourt**

Viva Rio

11. <http://www.tni.org/>



QUADROS DE INDICADORES E MAPEAMENTO

Mapeamento de atores e quadros de indicadores sobre políticas públicas e ações em segurança pública, controle de armas e munições, juventude e violência armada organizada e drogas

Ao longo dos últimos anos, o debate nacional sobre segurança pública tem sido qualificado por diversas redes e instituições públicas, acadêmicas e da sociedade civil organizada. O espectro das discussões transdisciplinares foi ampliado e a legitimidade dos variados interlocutores, e não somente policiais e militares, consolidada. Assim, tem sido possível o desenvolvimento de um pensamento sistêmico que propõe respostas que reflitam a complexidade e interligação das várias agendas urgentes da segurança pública no Brasil, na América Latina e no mundo. No entanto, ainda há muita desinformação, mitos e a sombra de políticas belicistas de segurança pública praticadas em vários estados brasileiros.

A construção e aplicação de um modelo paradigmático e eficaz de segurança pública cidadã, como proposto no PRONASCI e por tantas instituições e redes, consiste no maior desafio coletivo para quem trabalha na área. As forças resistentes às mudanças e defensoras do modelo repressivo ortodoxo são poderosas e bem articuladas. A parceria entre polícias e militares linha-dura, seus sindicatos, parlamentares, empresas de segurança privada e seus *lobbies* e um setor da mídia (com dezenas de porta-vozes *Datenas* país afora) promovem políticas exclusivamente repressoras, comprovadamente ineficientes e difundem a criminalização da pobreza. A capacidade e vontade política para cooperação entre governos, sociedade civil organizada, academia e instituições policiais, a partir de uma matriz lógica e experiências emergentes de um processo construtivo de inteligência coletiva serão decisivas para a viabilidade política de um projeto de segurança pública cidadã. O uso da tecnologia da informação para reunir e disponibilizar seu arcabouço teórico e prático, além de viabilizar a conectividade entre atores e a atuação em redes é elemento chave para uma estratégia de articulação nacional, capacitação de atores e formação da opinião pública.

No intuito de ajudar a balizar este debate em exemplos concretos de políticas públicas e iniciativas bem-sucedidas em prol de uma segurança cidadã, as equipes do Programa de Segurança Humana do Viva Rio e da OSCIP Viva Comunidade organizaram o Mapeamento de atores e os quadros de indicadores de políticas públicas em segurança pública, controle de armas e munições, juventude e violência armada organizada e drogas. Cada quadro lista as principais políticas, ações e instrumentos já existentes nos quatro temas, procurando, desta forma, coletar informações sobre o desenvolvimento de cada qual dessas.

O objetivo é qualificar o debate e propor questões a partir da verificação da existência ou não de instrumentos de segurança pública cidadã, políticas para juventude e de drogas. Também cumpre o papel de expor a interligação entre esses temas, todos essenciais para a redução da criminalidade, e a possibilidade de visualização e elaboração de políticas públicas integradas.

A dimensão continental do país e a falta de uma cultura de cooperação e intercâmbio de informação dificultam a socialização do conhecimento de boas práticas e aplicação de políticas públicas eficazes. Um mecanismo como o Disque Denúncia, já implementado com sucesso há vários anos em muitos estados ainda é desconhecido em outros. A proposta é, em parceria com diversas instituições e redes afins, fazer um levantamento contínuo da situação em cada estado, divulgando seus índices de criminalidade, identificando a existência de exemplos de práticas cidadãs em segurança pública e sua correlação. Essas informações estarão disponíveis no Portal Comunidade Segura (www.comunidadesegura.org) e de organizações parceiras nesta iniciativa. Este mapeamento da situação por estado possibilitará a comparação de seus índices de violência e adoção de práticas de segurança pública cidadã, servindo a ativistas sociais e atores públicos em seu *advocacy* por melhorias na segurança, para sugestão de pautas positivas para a imprensa e na formação da opinião pública. O potencial de estudos e pesquisas a partir da composição dos quadros de indicadores é enorme.

Tão importante quanto um observatório nacional de políticas, indicadores e índices de segurança pública é o mapeamento e acesso aos atores públicos e sociais responsáveis e comprometidos com os temas e a agenda de desenvolvimento institucional das polícias, sistemas de justiça juvenil, controladoria de armas e munições, entre outras. O Programa de Segurança Humana do Viva Rio propõe a parceiros, instituições e redes afins a atualização constante das informações de contato das principais autoridades e lideranças sociais em cada estado a ser disponibilizado no Portal Comunidade Segura e em sites de instituições parceiras. Desta forma, será mais ágil acessar e mobilizar os atores e promover atividades e eventuais parcerias. Esse rol de atores por cada um dos quatro temas, assim como os quadros de indicadores, também devem ser constantemente aperfeiçoados e atualizados por todos. Entende-se que o capital e a coesão social em prol da construção da cultura da paz e da segurança pública rendem muito mais do que o dinheiro investido em políticas inconsistentes e exclusivamente repressoras.

Iniciado o processo de mobilização e debates para a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública a ser realizada em agosto de 2009, já sabemos que os expoentes da visão belicista repressora estão bem preparados e mobilizados. Dessa forma, mais do que nunca, os representantes da sociedade civil precisam estar preparados com uma visão integrada e fundamentados em exemplos concretos de segurança pública cidadã. O debate precisa ser direcionado para soluções inteligentes, preventivas, práticas, que mobilizem o capital social e fundamentadas na garantia aos direitos humanos.

A seguir encontra-se o quadro de indicadores de segurança pública e a lista de atores.

André Porto

Quadro de Indicadores de Controle de Armas e Munição por Estados

Instituição para pergunta

Geral	
Os dados sobre armas apreendidas estão em formato digital em computadores?	SSP ou PC
Existe um departamento da Polícia especializado no controle e rastreamento de armas?	SSP ou PC
Com que regularidade ocorre a comunicação ao SINARM de dados sobre armas apreendidas? Como é feita essa comunicação? Via e-mail? Por envio de CDs ou Disketes? Em relatórios impressos?	SSP/PC/Polícia Federal
Há convênio entre Estado e União para delegar a função do registro de armas no interior do estado?	SSP/Polícia Federal
APREENSÃO E ACAUTELAMENTO	
Qual o percurso da arma apreendida desde a apreensão até a destruição?	SSP/PC/SFPC-EB
Algum tipo de arma não é destruído?	SSP/PC/SFPC-EB
a) Qual?	SSP/PC/SFPC-EB
b) Por quê?	SSP/PC/SFPC-EB
O poder judiciário devolve as armas após o julgamento do crime em que elas foram usadas?	SSP/PC/SFPC-EB/SINARM
Para quem?	SSP/PC/SFPC-EB/SINARM
JUSTIÇA	
A polícia está regularmente prendendo pessoas por porte ilegal de arma?	SSP/PC/PM
DESTRUIÇÃO	
A cada quanto tempo são destruídas as armas apreendidas?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quem destrói essas armas?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
A destruição é realizada em público?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantas armas foram destruídas em 2008?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
No total quantas armas foram destruídas nos últimos sete anos?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Há problemas ou dificuldades para o Judiciário autorizar a destruição? Quais?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
MUNIÇÃO	
As polícias recebem munição marcada com número de lote gravado no estojo do cartucho?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantas pessoas físicas no seu estado tem autorização para recarregar munição e tem kits de recarga?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantas pessoas jurídicas no seu estado tem autorização para recarregar munição e tem kits de recarga?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

COMÉRCIO

Quantas lojas de armas e munições existem no seu Estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantas lojas de armas existiam no seu estado em 2003 e quantas existem agora em 2009?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Caso tenha havido diminuição no número de lojas, o que acha que a provocou?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Com que frequência são fiscalizados os livros de movimentos contábeis e os estoques das lojas de armas e munições?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Há casos no estado de lojas de armas e munições fechadas ou multadas por irregularidades no comércio?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
a) Quantas fechadas e por quê? B) Quantas multadas e por quê?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

REPETIR A PERGUNTA ANTERIOR PARA SEGURANÇA PRIVADA, COLECIONADORES, CLUBES DE TIRO E CLUBES DE CAÇA

SEGURANÇA PRIVADA

Quantas empresas de segurança privada existem no seu Estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantas tem autorização para que os funcionarios trabalhem armados?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

Colecionadores

Quantos colecionadores existem no seu Estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantos deles tem coleções superiores a 10 armas?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

Caçadores

Quantos caçadores estão registrados no seu Estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Existem clubes de tiro no seu Estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

Atiradores

Quantos atiradores estão registrados no seu estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantos clubes de tiro estão registrados no seu estado?	
Esses clubes tem depósitos de armas e munições?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

Treinamento

Com que frequência as polícias fazem treinamento de tiro?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Descreva o tipo de treinamento que recebem?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
As empresas de segurança privada, também tem treinamento de tiro? Quem fiscaliza o treinamento?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

PARA OS GRUPOS PRIVADOS TAMBÉM ENTREVISTAR OS REPRESENTANTES DE GRUPOS DE INTERESSE POR EXEMPLO, DIRETORES DE CLUBES E ASSOCIAÇÕES DE CAÇADORES E ATIRADORES, E REPRESENTANTES DAS CÂMARAS DE COMERCIANTES DE ARMAS E MUNIÇÕES E DE EMPRESAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Quadro de Indicadores Quantitativos de Segurança Pública por Estados

INDICADORES PARA OS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Incidência Criminal

- Número de homicídios por 100.000 habitantes por ano
- Número de latrocínios por 100.000 habitantes por ano
- Número de roubos por 100.000 habitantes por ano
- Número de furtos por 100.000 habitantes por ano

Tamanho do efetivo policial

- Número de policiais militares por 1.000 habitantes por ano
- Número de policiais civis por 1.000 habitantes por ano
- Número de policiais mulheres em relação ao número total do efetivo da Polícia Militar
- Número de policiais mulheres em relação ao número total do efetivo da Polícia Civil
- Ouvidoria?
- Corregedoria?
- Numero de civis feridos em conflitos com policiais por ano
- Número de civis mortos em conflitos com policiais por ano
- Numero de policiais mortos em folga por ano
- Numero de policiais feridos em serviço por ano
- Numero de policiais feridos em folga por ano

Letalidade do conflito urbano

- Número de armas apreendidas por tipo de armamento
- Quantidade de drogas apreendidas por ano, por tipo de drogas
- Número de centros de internação para jovens infratores
- Há jovens condenados ao cumprimento de medida sócio-educativa acautelados em cadeias / delegacias / penitenciárias

INDICADORES SIM / NÃO

Controle da segurança privada

- Estimativa da percentual da segurança privada formal (registrada) em relação à informal
- Há Delegacia Especial Local de Segurança Privada no Estado (órgão da Polícia Federal)?
- Quantas comissões de vistoria de empresas de segurança privada há no Estado?
- Polícia Militar tem competência residual na fiscalização?

Análise do Gasto Público

- Percentual do orçamento estadual destinado à manutenção da polícia militar
- Percentual do orçamento estadual destinado à manutenção da polícia militar gasto com Recursos Humanos
- Percentual do orçamento estadual destinado à manutenção da polícia civil
- Percentual do orçamento estadual destinado à manutenção da polícia civil gasto com Recursos Humanos

Transparência da informação

- Publiciza as taxas de criminalidade
- Há instituto de pesquisa do governo estadual para análise dos dados sobre criminalidade?

Aprimoramento técnico

- Há parcerias entre PM, PC ou Secretaria para aprimoramento da segurança pública no Estado?
- Principais atividades resultantes dessas parcerias?
- O setor de perícias é independente da Polícia Civil?
- Há Delegacia Especial de Proteção à Mulher?
- Há Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente?
- Há Delegacia Especial de Proteção ao Idoso?
- Houve plano gerencial específico para integração PM e PC?
- Há Gabinete de Gestão Integrada (GGI)?
- Possui curso integrado para formação de policiais civis e militares (em conjunto)
- Possui curso de especialização para policiais civis e militares (em conjunto)
- Possui sistema integrado para registro de ocorrências da PM e PC
- A área de atuação da Polícia Militar é a mesma área de atuação da Polícia Civil?

Controle da atividade policial

- Possui ouvidoria de polícia
- O ouvidor é policial? (militar, civil ou federal)
- Possui corregedoria de polícia militar
- O corregedor é um policial militar
- Possui corregedoria de polícia civil
- O corregedor é um policial civil

Participação comunitária

- Possui disque denúncia?
- O disque-denúncia é gerenciado pela polícia, pela Secretaria de segurança Pública ou por uma ONG?
- O disque-denúncia funciona 24 horas?
- Possui secretaria estadual ou coordenação de Direitos Humanos?
- Possui plano estadual de prevenção à violência?
- Há Conselho Comunitário de Segurança Pública?
- Há Conselhos e/ou Fóruns comunitários de Segurança Pública distribuídos geograficamente?
- Há legislação estadual regulamentando a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública?
- Há programas de policiamento comunitário?

Atuações da força nacional

- O Estado já demandou a atuação da força nacional para contenção do problema criminal
- O Estado já demandou a atuação da força nacional para contenção do problema de greve das polícias

Racionalização da gerência de recursos humanos

- Há projetos de promoção sem a demanda de concurso para passagem de praças a função de oficiais?
- Há projetos de promoção sem a demanda de concurso para passagem de investigadores a função de delegados?
- Qual o valor do menor soldo (menor patente) de um policial militar?
- Qual o valor do maior soldo (maior patente) de um policial militar?
- Qual o valor do menor salário (menor cargo) de um policial civil?
- Qual o valor do maior salário (maior cargo) de um policial civil?
- Há projetos de desconcentração de poder dentro da estrutura hierárquica da polícia?

Quadro de Indicadores Juventude e Violência Armada por Estados

O estado tem conselho estadual de juventude?

O estado tem conselho estadual da criança e adolescente?

O estado tem fórum de Defesa da Criança e Adolescente?

O estado tem Forum de Juventude?

O estado tem coordenadoria (ou secretaria) estadual de políticas públicas pra juventude?

Há no estado municípios que tem uma central de aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto (municipalização de medidas de meio aberto – SINASE)?

Tem DPCA (Delegacia de Proteção de Criança e Adolescente) no estado? Ela também atende os adolescentes vitimados?

Qual o orçamento estadual de 2008 destinado à criança e adolescente / jovem?

Há acompanhamento de egressos de sistema sócio-educativo?

O estado já estabeleceu convênios com a SEDH / SPDCA (após o SINASE)?

Quantos adolescentes tiraram título de eleitor no estado?

Há algum programa governamental que aproxime jovens e policiais?

Há quantos centros públicos de tratamento para jovens dependentes químicos?

Há DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher) no estado?

O CEDCA E CMDCA do seu estado / capital tem fundo de financiamento de projetos?

Foi feito investimento em equipamentos públicos de esporte e lazer em áreas de risco?

Quadro de Indicadores de Políticas de Drogas por Estados

Prevenção

Há ações específicas destinadas a prevenção do uso de drogas, tais como:

- 1) Distribuição de seringas
- 2) Distribuição de kits para desinfecção?
- 3) Casas de abrigo para usuários de drogas?

Há um grupamento especial da polícia militar específico denominado como Anti-drogas ou similar?

Há PROERD (Polícia Militar) em atividade no Estado?

O Estado fez em 2008 alguma campanha para prevenção ao uso de drogas?

Tratamento

Há algum hospital para tratamento de condenados por crimes conexos ao tráfico / uso de drogas?

Há algum hospital específico para tratamento de detentos toxicômanos?

Há salas especializadas dentro dos hospitais públicos para a desintoxicação?

Há clínicas públicas para a desintoxicação?

Há programas específicos (públicos ou parcerias público-privada) para a desintoxicação?

Há programas específicos de orientação aos presos sobre os efeitos deletérios das drogas?

Repressão

Há delegacias especializadas da Polícia Civil para registro de ocorrências relacionadas ao porte / uso / tráfico?

Há delegacias especializadas da Polícia Federal para registro de ocorrências relacionadas ao porte / uso / tráfico?

Qual o órgão encarregado de fazer as perícias dos indivíduos autuados por uso de drogas?

O IML do Estado faz exames periciais determinando a quantidade e a qualidade da droga que o indivíduo autuado utilizou?

Quantidade de maconha (em kg) apreendida pela Polícia Civil nos últimos seis anos

Quantidade de maconha (em kg) apreendida pela Polícia Federal nos últimos seis anos

Quantidade de maconha (em kg) apreendida pela Polícia Rodoviária Federal nos últimos seis anos

Quantidade de Crack (em kg) apreendida pela Polícia Civil nos últimos seis anos

Quantidade de Crack (em kg) apreendida pela Polícia Federal nos últimos seis anos

Quantidade de crack (em kg) apreendida pela Polícia Rodoviária Federal nos últimos seis anos

Quantidade de Cocaína (em kg) apreendida pela Polícia Civil nos últimos seis anos

Quantidade de Cocaína (em kg) apreendida pela Polícia Federal nos últimos seis anos

Quantidade de Cocaína (em kg) apreendida pela Polícia Rodoviária Federal nos últimos seis anos

Quantidade de Pasta Base (em kg) apreendida pela Polícia Civil nos últimos seis anos

Quantidade de Pasta Base (em kg) apreendida pela Polícia Federal nos últimos seis anos

Quantidade de Pasta Base (em kg) apreendida pela Polícia Rodoviária Federal nos últimos seis anos

Quantidade de LSD / ectase - anfetamina (em kg) apreendida pela Polícia Civil nos últimos seis anos

Quantidade de LSD / ectase - anfetamina (em kg) apreendida pela Polícia Federal nos últimos seis anos

Quantidade de LSD / ectase - anfetamina (em kg) apreendida pela Polícia Rodoviária Federal nos últimos seis anos

Quantidade de indivíduos presos por tráfico de drogas nos últimos seis anos

Quantidade de indivíduos presos por uso de drogas nos últimos seis anos

Lista de Atores Públicos e Sociais

Segurança Pública, Controle de Armas e Munições, Juventude e Violência Armada e Drogas

Segurança Pública

Secretário Estadual de Segurança Pública
Assessoria de Imprensa/Comunicação da Secretaria
Comandante Geral da Polícia Militar
Chefe de Estado Maior da Polícia Militar
Assessoria de Imprensa/Comunicação da Polícia Militar
Chefe da Polícia Civil
Assessoria de Imprensa/Comunicação da PC
Ouvidor da Polícia Militar
Corregedor da Polícia Militar
Ouvidor da Polícia Civil
Corregedor da Polícia Civil
Coordenador do Gabinete Integrado
Comandante Geral dos Bombeiros
Coordenador da Superintendência da Polícia Técnico-Científica
Núcleos sobre Violência das Universidades

Juventude e Violência Armada

Secretaria de Juventude do Estado
Sistema de Justiça Juvenil / Centros de Internação Juvenil
Promotoria da Infância e Juventude (e ABMP)
CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CEDCA – Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA - Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (representantes do estado)
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude (representantes do estado)
DPCA - Delegacia Especializada Crianças e Adolescentes
Defensoria Pública (núcleos especializados)

Colegiado Conselho Tutelar
Vara da Infância e da Juventude
Presidente da OAB
Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos
Secretaria Estadual de Educação
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria de Juventude do Município
Núcleos de Juventude das Universidades
Redes Mun. De Proteção da Criança e do Adolescente
Representante da Secretaria Nacional de Juventude

Controle de Armas e Munição

Chefe do SINARM no estado – Sistema Nacional de Armas
DFPC - Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados
SFPC - Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados
Secretário Estadual de Segurança Pública
Comandante Geral da Polícia Militar
Chefe da Polícia Civil
Guarda Municipal (armada)
Ministério Público Estadual
Ministério Público Federal (no Estado)
Fórum de Justiça
Juizados
Forças Armadas (Exército)
Lojas de Armas e Munições
Empresas de Segurança Privada e Transportadoras
Clubes de Tiro
Clubes de Caça
Associação de Colecionadores de Armas
Instituto Médico Legal
DATASUS

Drogas

Secretário de Saúde (estadual e municipal)
Presidente do Conselho de Saúde (estadual e municipal)
Presidente do Conselho Anti-drogas
Superintendente Regional da Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal

Pronasci inova na política de segurança pública

Em agosto de 2007, o governo federal apresentou à sociedade brasileira uma proposta inédita na área de segurança pública: o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Estava lançado o desafio de diminuir o índice de criminalidade das grandes cidades e, ao mesmo tempo, construir uma política de segurança pública cidadã. Com esse compromisso, o Pronasci foi alicerçado em 94 projetos que articulam ações sociais com repressão policial.

Além da prevenção à violência, o governo continua a aparelhar a estrutura de segurança pública dos estados, investir em equipamentos, viaturas, logística, inteligência e na construção de presídios, entre outras medidas. O Ministério da Justiça investirá R\$ 6,707 bilhões no desenvolvimento das ações até 2012.

O Pronasci é um programa conduzido pelo Ministério da Justiça, mas também conta com a parceria entre Ministérios e Secretarias no combate à criminalidade, com foco na prevenção. Foram repassados mais de R\$ 260 milhões para as pastas de Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde, Esporte, e Trabalho e Emprego. O objetivo é que esse dinheiro sirva para tirar os jovens das ruas e levá-los aos projetos sociais já existentes no governo federal.

O público-alvo do programa são jovens de 15 a 24 anos que estão à beira da criminalidade ou em conflito com a lei, jovens presos e egressos do sistema prisional. O Pronasci também investe em diversas ações para fortalecimento e valorização dos profissionais de segurança pública.

O Pronasci contemplou uma nova relação federativa: União, estados e municípios atuam juntos na questão da segurança pública, enfatizando o caráter preventivo da atuação municipal. Hoje já são 18 estados e 84 municípios integrantes do Programa.

Para dar sustentabilidade ao Pronasci, foram criados os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM): 73 prefeituras já publicaram lei municipal que institui o gabinete.

Os municípios têm uma nova atuação na questão e passam a implantar os projetos preventivos para conter a criminalidade e promover o território de paz. A inovação está presente também na entrega de projetos: a prefeitura pode apresentar um projeto diretamente à União, sem a intermediação do estado. O pedido é analisado pelo Ministério da Justiça e, se aprovado, os recursos serão liberados.

A União deixa de ser mera financiadora de projetos e passa a ser indutora de uma política de segurança pública para o país. O ministro da Justiça, Tarso Genro, é enfático quando conceitua o Pronasci como um programa suprapartidário: “O Pronasci é independente de suas distinções partidárias e ideológicas, assim como deve ser uma boa política de estado”.

O programa brasileiro foi incluído, este ano, na “Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento” como modelo de programa na área de segurança pública. O Pronasci foi considerado exemplo de ruptura dos paradigmas de segurança pública costumeiros. A “Declaração de Genebra”, como ficou conhecido o documento firmado em 2006, por representantes de 42 países reunidos em Genebra, na Suíça, para discutir, pela primeira vez, os impactos da violência armada sobre o desenvolvimento e as graves conseqüências para as sociedades afetadas. Hoje, o documento já conta com a adesão de 50 nações, incluindo o Brasil.

Conheça algumas ações do Pronasci:

Força Nacional - Um dos principais instrumentos de repressão à criminalidade é a Força Nacional de Segurança Pública, grupo de elite formado pelos melhores policiais militares e bombeiros militares do país. A tropa atua em conjunto com as forças de segurança estaduais nas regiões mais problemáticas abrangidas pelo Pronasci.

Presídios – Serão construídos presídios especiais para jovens adultos de 18 a 24 anos e para mulheres nos estados do Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e o Distrito Federal. Essas penitenciárias estão voltadas para a ressocialização dos detentos. O objetivo é construir penitenciárias com unidades de saúde e educação. As instituições serão adaptadas para implementar programas profissionalizantes e educacionais como o Pintando a Liberdade, Pintando a Cidadania, Brasil Alfabetizado e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Bolsa Formação - Na área de valorização policial, o Pronasci apresenta recordes. Nos cursos de educação a distância estudam atualmente 130 mil alunos. Nos de especialização, oferecidos por 66 instituições de ensino superior, são mais de 2.500

alunos. São profissionais de segurança pública que participam de uma nova formação, mais focada na inteligência, com temas que vão de Técnicas de armamentos não-letais e Uso progressivo da força a Gerenciamento de risco, Direitos Humanos e a Técnica Forense.

Plano Habitacional - O plano habitacional para profissionais de segurança pública, em parceria com a Caixa Econômica Federal, disponibilizará mais de 19 mil unidades populares para os servidores e oferecerá também cartas de crédito com juros facilitados de até R\$ 50 mil.

Mulheres da Paz - Será oferecida uma bolsa de R\$ 190 para as lideranças femininas das comunidades atendidas que queiram se engajar no Programa. Elas serão capacitadas em temas como ética, direitos humanos e cidadania e terão a incumbência de identificar os jovens com os quais o Pronasci irá trabalhar.

pronasci@mj.gov.br

www.mj.gov.br/pronasci

Conferência reúne governo e sociedade para debater segurança pública

Em agosto de 2009, o país presencia um dos momentos mais participativos de sua história, quando será aberta oficialmente, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). Essa será a primeira vez que a sociedade brasileira vai poder opinar sobre um novo modelo de segurança pública para o Brasil. Dentre os diversos direitos sociais previstos na Constituição, a segurança pública é o único que ainda não possui um sistema de participação consolidado. Ao mesmo tempo, é tema central na vida da sociedade brasileira.

Assim como os movimentos políticos de intensa participação popular, como o “Diretas Já” e o “Impeachment”, que ajudaram a consolidar a democracia, a 1ª Conseg também pretende ser um marco na história do Brasil, no esforço de construir um novo modelo de segurança pública, que teve início com a estruturação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), em 2003, e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), em 2007.

A proposta da Conferência é reunir à mesma mesa governo federal, gestores e trabalhadores da segurança pública e a sociedade civil organizada, com um único propósito: efetivar a segurança como direito fundamental, ao encontrar caminhos para a construção de um modelo que privilegie a cidadania, valorize mais o trabalhador do setor e garanta a participação da sociedade civil organizada na formulação de políticas de segurança pública. O Ministério da Justiça, responsável pela iniciativa de convocação da conferência, pretende consolidar, também, mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de segurança.

O diálogo é a base das decisões da 1ª Conseg, pois será supra e pluripartidária, como explicou o ministro da Justiça, Tarso Genro. Para ele, o evento chama todos os governos, todas as representações da sociedade, “para responder a uma questão-chave: como

nós podemos estabelecer um ciclo virtuoso de integração para a produção de políticas públicas nacionais efetivas”.

Qualquer cidadão pode participar da Conferência. Entretanto, a mobilização do evento priorizará aqueles segmentos que se relacionam diretamente com a área de Segurança Pública (trabalhadores, gestores, sociedade civil, integrantes dos poderes Judiciário e Legislativo). As respectivas representações desses segmentos foram mobilizadas para colaborar com a Conferência por meio de participação nas instâncias nacionais (Comissão Organizadora Nacional e Fórum Preparatório), da integração nas comissões organizadoras estaduais e municipais ou da promoção de conferências e debates sobre os temas propostos.

A Conferência está estruturada em etapas deliberativas, com encontros municipais (março a maio), estaduais (junho e julho) e nacional (agosto), além de conferências livres e consultas a públicos específicos. Além disso, estão previstas oficinas em todos os estados, festivais culturais, ciclos de debates e concursos de monografias e publicações.

Durante a 1ª Conseg, serão discutidos temas como cidadania, participação popular, prevenção e repressão ao crime, entre outros. A expectativa é reunir mais de dois mil representantes de todo o Brasil, eleitos nas etapas municipais e estaduais.

Para o secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, essa é uma oportunidade de aprofundar o debate sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado em 2007 pelo governo federal. “É preciso que, como consequência do Pronasci, a discussão se alastre pelo conjunto da sociedade brasileira”, disse.

Serão sete os principais eixos de discussão da conferência: Gestão Democrática: Controle Social e Externo, Integração e Federalismo; Financiamento e Gestão da Política Pública de Segurança; Valorização Profissional e Otimização das Condições de Trabalho; Repressão Qualificada da Criminalidade; Prevenção Social do Crime e das Violências e Construção da Paz; Diretrizes para o Sistema Penitenciário e Diretrizes para o Sistema de Prevenção, Atendimentos Emergenciais e Acidentes.

Mais informações sobre a Conferência, podem ser obtidas na página do Ministério da Justiça na Internet: <http://www.mj.gov.br/conferencia>. Para entrar em contato com a Secretaria Executiva, o e-mail é conferencia@mj.gov.br.

Conferências nacionais e participação social

Com a Constituição de 1988, teve início no Brasil um intenso processo democrático de abertura do Estado e participação da sociedade, o que trouxe mais eficiência e transparência à administração pública. Conselhos, conferências e comitês gestores foram criados e permitiram a população atuar na formulação, execução e fiscalização das políticas públicas.

Desde 2003, foram realizadas no Brasil cerca de 50 conferências nacionais (como a de Saúde, Meio Ambiente, Juventude, Cidades, Direitos Humanos), com a participação de 4,5 milhões de pessoas. Também foram criados 19 novos conselhos e reformulados outros nove já existentes.

No Ministério da Justiça, o processo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública teve início em janeiro de 2008, quando foi instituído um grupo interno de trabalho para elaborar o pré-projeto da 1ª. Conseg, com base nas experiências de participação social das conferências ocorridas.

Acompanhe os passos da 1ª Conseg

1. Etapas municipais

Reconhecendo o papel das cidades no aperfeiçoamento da segurança pública no Brasil, a 1ª Conseg promove, entre abril e maio de 2009, as etapas municipais em todas as regiões do país. A proposta facilita a participação das comunidades no processo de composição da 1ª Conseg e abre espaço para os municípios apresentarem contribuições no processo de elaboração de uma nova política nacional de segurança pública. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado em agosto de 2007 pelo governo federal, identifica nos municípios a vocação de desenvolver estratégias preventivas que combinem, a partir de diagnósticos locais, a atuação das guardas municipais com ações sociais e urbanas.

2. Etapas estaduais

Parte da fase preparatória da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, as etapas estaduais serão realizadas entre junho e julho de 2009, em todas as 27 unidades da Federação. Nesse período, serão eleitos os representantes dos Estados que estarão em Brasília, em agosto de 2009, e definidas propostas regionais que integrarão a pauta da 1ª Conseg. Essas sugestões poderão ser aprovadas e integradas às deliberações.

3. Comissões organizadoras estaduais

Definidas por meio de decretos de convocação assinados pelos governadores dos Estados, as comissões organizadoras estaduais (COEs) são responsáveis pela coordenação das etapas estaduais, que ocorrerão em todos os Estados e no DF entre junho e julho de 2009. A exemplo da Comissão Organizadora Nacional (CON), essas comissões são compostas por diferentes segmentos da segurança pública e da sociedade civil organizada: gestores e profissionais de segurança pública, organizações não governamentais, representantes dos três poderes. Orientadas pela CON, as COEs prepararão os relatórios finais das etapas estaduais que serão encaminhados à 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

4. Projetos especiais

Estratégia de mobilização de setores da sociedade com potencial de envolvimento ativo no debate sobre os rumos da segurança pública no Brasil, os Projetos Especiais dividem-se em quatro modalidades, em nível nacional: **concurso de monografia, festival de música, mostra de cinema e conferências nas escolas**. Programados para ocorrer ao longo da preparação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, os Projetos Especiais ampliam o espaço de participação da sociedade nas discussões e proposições de subsídios para o encontro nacional, em Brasília. O objetivo é incorporar universidades, escolas públicas e comunidades no processo de composição de uma nova política de segurança pública para o país.

Como participar da 1ª. Conseg?

Para participar, os interessados precisam acessar e ler o texto-base da Conferência (documento orientador dos debates) e integrar-se às (uma ou mais) etapas que integram o processo da 1ª. Conseg: **Conferências Municipais, Conferências Estaduais, Conferências Livres, Seminários Temáticos, Projetos Especiais** ou Conferência Virtual.

Essas etapas têm características diferentes entre si e estão divididas em eletivas e não eletivas. Enquanto as primeiras elegem representantes para a Etapa Nacional, as outras encaminham contribuições para debate. A forma mais simples de participar é realizar uma Conferência Livre no seu bairro, rua, vila, comunidade, escola, organização e em qualquer outro local que desejar.

Confira o Manual Orientador com as dicas e informações sobre como organizar uma Conferência Livre no portal da Conseg na Internet.

O que será discutido na 1ª. Conseg?

Os debates da Conferência Nacional de Segurança Pública terão como ponto de partida o texto-base, e os participantes poderão apresentar propostas no formato de “princípios” e “diretrizes”.

Confira o Manual Metodológico com os detalhes desse processo no portal da Conseg na Internet (<http://www.mj.gov.br/conferencia>).

Portal Comunidade Segura

Lançado em agosto de 2006, o portal Comunidade Segura (www.comunidadesegura.org) é um website especializado em Segurança Humana e temas relacionados, que tem a promoção dos direitos humanos como diretriz e como focos centrais ações e políticas públicas de segurança cidadã, prevenção da violência armada e do envolvimento de jovens em violência, e a construção de uma cultura de paz.

O Comunidade Segura propõe um novo modelo de mídia especializada a partir da soma de esforços de profissionais de diferentes setores da sociedade com um objetivo comum: a construção da paz através de ações concretas de curto, médio e longo prazos.

O conteúdo do portal é mantido por uma equipe de jornalistas e especialistas no tema, vinculados ao Programa de Segurança Humana do Viva Rio e às instituições parceiras do projeto.

Com uma taxa de visitas mensais em torno de 60 mil, o portal tem versões em português, espanhol, inglês e francês, sendo considerado uma referência em termos de conteúdo relacionado à segurança humana na América Latina e Caribe.

O portal Comunidade Segura tem como objetivos difundir o conhecimento sobre segurança humana; divulgar metodologias bem sucedidas; promover o intercâmbio de idéias e práticas; aproximar e promover o diálogo entre atores de diferentes grupos como policiais, pesquisadores, jornalistas, sociedade civil organizada, gestores e legisladores; e influenciar as agendas locais e regionais sobre o tema.

O conteúdo produzido pela equipe do portal tem cobertura internacional com destaque para o jornalismo científico; jornalismo investigativo; jornalismo educativo; artigos produzidos por especialistas da área e entrevistas exclusivas.

A Biblioteca Virtual em Segurança Pública e Direitos Humanos tem versões em português e em espanhol e mais de 1.500 documentos cadastrados. Fruto de um projeto da parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), União Européia e o Viva Rio, a biblioteca sistematiza a produção no campo da Segurança Pública e Direitos



Humanos, organizando o conhecimento acumulado em uma base de dados de fácil acesso e manipulação.

O portal oferece também ferramentas interativas como sala de chat, fóruns de discussão e agenda de eventos que facilitam a discussão e a troca de conhecimento. Foi dentro do portal que se consolidou, por exemplo, a Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil (blog.comunidadesegura.org/policiaesociedade/), um espaço de promoção de intercâmbios entre atores latino-americanos da área de segurança pública.

O portal também possui um sistema de envio de informativos periódicos especializados no tema da segurança humana. São seis boletins distribuídos para mais de 25 mil leitores espalhados pelo mundo. Reportagens sobre segurança pública, produções acadêmicas, artigos sobre controle de armas, boas práticas e reportagens são veiculadas nos boletins InterCÂMBIO, Busca Avançada, En la Mira, Haïti Ici e nas newsletters mensais do portal.

Entre no portal, cadastre-se e compartilhe sua experiência com os mais de três mil usuários cadastrados. Informe-se: são mais de mil páginas de conteúdo incluindo reportagens, artigos e entrevistas, além dos dossiês, manuais, comunidades, redes e blogs associados.

Shelley de Botton

Viva Rio

REDE DESARMA BRASIL



Desde 2003, com a aprovação de uma nova lei de controle de armas, o Estatuto do Desarmamento, organizações sociais de todo o Brasil passaram a trabalhar para maior conscientização da população sobre o tema. Após a aprovação da lei - reconhecendo o enorme desafio de implementar a nova campanha de recolhimento de armas em 27 Estados - ONGs locais começaram a se organizar em comitês pelo desarmamento e concentraram esforços para aumentar o número de postos de coleta por meio do recebimento de armas em igrejas e centros comunitários e disseminar a campanha para os vários públicos. Por mais de uma década, durante a aprovação do Estatuto do Desarmamento, a campanha de recolhimento de armas e o referendo popular, estas organizações sociais têm desenvolvido um papel primordial na consolidação do desarmamento no Brasil.

Em 2005, percebendo a necessidade de fortalecer e aproximar os comitês estaduais, o primeiro de quatro encontros foi realizado resultando na formalização da Rede Desarma Brasil (www.deolhonoestatuto.org.br). Atualmente, a Rede tem por objetivo consolidar o Estatuto do Desarmamento, informando à sociedade o seu conteúdo, fiscalizando e influenciando o processo da sua implementação. Pretende, ainda, ampliar o seu foco de atuação e trabalhar com outros temas referentes à segurança pública e à promoção da Cultura de Paz. A idéia é que se crie um grupo forte da sociedade civil brasileira que possa pautar a agenda nacional e o debate nas diversas regiões do país.

Nos dias 26, 27 e 28 de maio foi realizado o IV Encontro da Rede Desarma Brasil em Brasília com a participação de cerca de 50 pessoas – representando entidades de quase todos os Estados do Brasil – além de membros da Polícia Federal, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do Congresso Nacional. O objetivo do Seminário era o de discutir a nova Campanha de Entrega Voluntária de Armas, prevista na Medida Provisória que versa sobre o cadastramento de armas, assim como harmonizar e fortalecer a atuação da rede em todos os estados.

Mais informações sobre a Rede podem ser encontradas no site *De Olho no Estatuto do Desarmamento* (<http://www.deolhonoestatuto.org.br/>), que é uma espécie de observatório da lei, atualizado e divulgado por todas as organizações parceiras. Para informações sobre como participar das ações da Rede Desarma Brasil entre em contato com Heather Sutton (heather@soudapaz.org).

Rede Desarma Brasil (1)

	Estado	Instituição	Contato
Região Norte	Amazonas	Comitê Amazonense pelo Desarmamento	Mário Lúcio
		Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia - Sinfrajupe	Frei Everton Lopes
		Comitê Virtual dos Escoteiros pelo Desarmamento	Altamiro Vilhena
	Pará	Comissão de Justiça e Paz - Igreja Católica	Irmã Henriqueta
	Acre	Arquidiocese do Rio Branco	Irmã Gracita
		Gabinete da Deputada Federal Perpétua Almeida	Alan Bueno
		Comitê Acre sem Armas	Samuel Evangelista
	Amapá	Caritas - Movimento Justiça e Paz - Diocese do Amapá	Marinete Pires
	Tocantins	Movimento pela Paz	Tânia Maria Ribeiro Cavalcanti
	Maranhão	União Estadual dos Estudantes - Comitê Maranhense de Desarmamento	Milena Oliveira
Rondônia	Polícia Federal	João Bosco	
	Comissão Brasileira de Justiça e Paz	Estrela Dalva	
Ceará	Instituto Gaia	Paulo Borges	
	Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza	Duda Quadros	
	Rede Gandhi	Neusa Goya	
Bahia	Fórum Comunitário de Combate à Violência	Maria Luísa Castro Almeida	
		Bice	
	MOVPAZ	Clóvis de Souza Nunes	
	Movimento Estado de Paz	Suzana Varjão	
	Comissão de Direitos Humanos (verificar)	Isidoro Orge Rodriguez	
Paraíba	MOVPAZ	Almir Laureano	
		José Cláudio Júnior	
	Associação Brasileira de Divulgadores do Espiritismo (ABRADE)	Marcelo Firmino	
	Arquidiocese da Paraíba – Movimento Humanidade Nova – PB	Júlio Américo Pinto Neto	
	Igreja Maçon	Francisco Nunes de Almeida	
	Movimento Humanidade Nova	Maria Azimar Fernandes e Silva	
Companheiros das Américas	Maria José S. B. de Menezes		
Alagoas	MOVPAZ	André Paiva Carnaúba	
	Maceió Voluntário	Maristela Pozinato	
Sergipe	Comitê Itinerante de Sergipe em Defesa da Vida	Marcos dos Anjos	
Pernambuco	Brasil sem Armas (trabalha no Sebrae)	Murilo Cavalcanti	
	Visão Mundial	Carlos Bonfá	
	PE Body Count	João Valadares	
	Delegados pela Cidadania - Fórum Brasileiro - Pernambuco	Ademir Soares de Oliveira	
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Unipaz	Maria de Fátima Tavares	
	Frente Evangélica	Leandro Amme	

E-mail	Telefone
oca-ong@hotmail.com/ mariolucio15@bol.com.br	92 - 3633-8721/ 92 9617-8291
sinfrajupe_manauas@yahoo.com.br	92-9631-9549
vilhenabr@gmail.com	92 3633-8721
cjpn2@cnbbn2.org.br / mariehenriqueta@hotmail.com	91 9942-0343/ 3246-8666/ 3266-0055
gracitagracomolli@yahoo.com.br	68 8111-1585/ 3226-3777
alan.bueno@camara.gov.br/ alan.bueno@hotmail.com	61 9224-0254/ 3215-5625
acresemarmas@uol.com.br	68-9971-1893
marinetepires@hotmail.com	96 9961-3227
tianamr@seduc.to.gov.br	(63) 3218-1467/1434 /8407-1233/ 3218-1392
milena4929@hotmail.com, milena4929@yahoo.com.br	98-9965-4929
joao.jbc@dpf.gov.br	69 3229-5334/ 9984-2006
estrelamoedo@yahoo.com.br	69 9973-2621
institutoagaia@gmail.com	85 9981-8071
dudaquadros@hotmail.com	85 9909-9165
neusagoya@baydenet.com.br	85 8892-4198
almeidaml@click21.com.br	71 3247-7101/ 71 9984-4477
fccv@ufba.br	
pazpelapaz1@yahoo.com.br	75 9129-2270
suzanav@atarde.com.br	71 3353-5266
isidoroorge@yahoo.com.br	71 3242-0094
almirlaureano@yahoo.com.br	83 8880-3980/ 9929-9913
claudiojr@cadastralsurvey.com.br	83 9311-2661 /8861-2703
marcelof@jpa.neoline.com.br	83 9984-5482
julioamerico@gmail.com	83 3226-2261/ 8824-8088
francisco.nunespb@terra.com.br	83-9921-2340
mariasilvaaz@sec.pb.gov.br	83-9928-1262
menezesprof@bol.com.br	83 9984-7582
aloniversal@bol.com.br	82 8832-4147/ 9973-9282 Estela (esposa)
marcoanjos@bol.com.br/ marcosanjos_sergipe@hotmail.com	79 3215-2125/ 8802-6534
murilocavalcanti@uol.com.br	81 9975-1975/ 3442-1154
carlosbonfa@yahoo.com.br	81 3081-5658
joao@pebodycount.com.br/ jotavaladares@gmail.com	81 8834-1205
adesolive@bol.com.br	81 9962-7762
f.tavares@digi.com.br	(84) 3217-6560/ 9999-9597
leandro_amme@yahoo.com.br	84 3232-1197 / 84 9902-8927/ 3201-9477

Rede Desarma Brasil (2)

	Estado	Instituição	Contato
Região Centro-oeste	Distrito Federal	CUFA (Central Único de Favelas)	Max Cavalcanti
		Subsecretaria de Apoio às Vítimas - DF	Valéria Velasco
			Francisco Régis
		Comissão Direitos Humanos do Senado	Cristina Leonardo
		CONIC	Luciana Holanda
		Caixa Seguros	Cilma Azevedo
		Comissão Brasileira de Justiça e Paz/ CNBB	Daniel Seidel
			Carlos Moura
			Gilberto Sousa
		União dos Escoteiros do Brasil	Carmem Barreira
			Carolina Torres
		Amigos da Paz	Everardo Aguiar
		Iniciativa das Religiões UNIDAS (URI) Brasília & União Planetária	Elianildo Nascimento
		Rede de Integração da Sociedade - Organizações Solidárias - RISOS	João Paulo Brandão Barbosa
Goiás	Ong Educadores para a Paz	Pe. Marcelo Rezende Guimarães	
	Comissão de Direitos Humanos - OAB	Paulo Gonçalves	
Mato Grosso	Coordenadoria da Polícia Comunitária da Secretaria de Justiça e Segurança Pública	Vilma Lucas Barbosa Tenente Coronel Alves de Almeida Castro	
Região Sudeste	Espírito Santo	Movimento Paz	Eraldo Junior
		Cáritas Arquidiocesana de Vitória	Ana Paula Mercier Serejo
	Minas Gerais	Acodes - Agência de Desenvolvimento e Cooperação Social	Serguem Jessui Manuel Fernando
		Igreja Metodista	Sônia Rosa Faria
	Rio de Janeiro	Viva Rio	Shelley de Botton
		Viva Comunidade	Rangel Daniel de Pádua Gabriela Dutra
		Associação dos Parentes das Vítimas de Vigário Geral	Iracilda Toledo – Pres. da Associação
		Ong Dias Melhores	Beatrice Allevato
		Rio de Paz	Antônio Carlos Costa (Presidente) Fábio Gil (Marketing e Comunicação)
		São Paulo	Instituto Sou da Paz
	Conectas Direitos Humanos	André Degenszanj	

E-mail	Telefone
max.cufadf@gmail.com	61 9949-4995
valeria.velasco@convive.org.br	61 3340-2443 / 61 8127-4661
regis@regisimagem.com.br	61 9975-1047
crisanto@senado.gov.br	61 9249-5600 / 61 3311-1174
conic.brasil.adm@terra.com.br	61 3321-4034
cazevedo@caixaseguros.com.br	61 2192-2366/ 3328-4500
seidel.daniel@gmail.com	61-3323-8713
carlosmoura2005@yahoo.com.br	61 3323-8713
cbjp@cbjp.org.br , gilbertocousa@uol.com.br	61-3323-8713/ 99091775
cbarreira@fazenda.df.gov.br	61 9971-1958
carolina.t.s@globo.com	61-9618-3424
everardoaguiar@yahoo.com.br	61 9558-3207
elianildonascimento@yahoo.com.br	61 3340-4095
joapauloonline@hotmail.com	
marcelo@educapaz.org.br	62 3371-1856
paugon@cultura.com.br	62 3238-2000/ fax 3238-2054
vilmabarbosa@seguranca.mt.gov.br	65 3613-5554/ 8117-9552
	65 3613-5554
e.junior@paz-es.org.br	27 8126-7752
anapcaritas@terra.com.br	27 3228-2934/ 9989-7447
serguem.jessui@uol.com.br	31 8681-1411
luf.mfernando@hotmail.com	
soniametodista@yahoo.com.br	31 8862-8804/ 31 8804-3683/ 31 3214-0488
shelley@vivario.org.br	21 2555-3793
rangel@vivario.org.br	21 2555-3769
dfernandes@vivario.org.br	21 2555-3766
gdutra@vivario.org.br	21 2555-3766
iracildatoledo@bol.com.br	21 9197-2203
cbddc@compuland.com.br	21 9961-1928
antonio@riodepaz.org	21 2618-9034
fabio@riodepaz.org.br	21 3684-2243/ 9873-2070
denis@soudapaz.org	11 3812-1333
heather@soudapaz.org	11 3812-1333
erica@soudapaz.org	11 3812-1333
andre@conectas.org	11-3884-7440

Rede Desarma Brasil (3)

	Estado	Instituição	Contato
Região Sudeste	São Paulo	Guarda Civil Metropolitana	Inspetor Sorrentino
		Comissão Municipal de Direitos Humanos	Davidson Chagas
			Dra. Célia Whitaker
		URI - Campinas	Raticliff Bravieira
		CONIC	Pastor Stanley
		URI	Reverendo Elias
		Secretaria do Verde e do Meio Ambiente	Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho
		Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz - UMAPAZ	Rose Marie Inojosa
	União dos Escoteiros do Brasil	Priscila Costa	
Região Sul	Paraná	Londrina Pazeando	Luiz Cláudio Galhardi
		Iddeha	José Luis Ventura Leal
	Santa Catarina	Nação Hip-Hop	Cláudio Rio
			Jupira Dias da Silva
			Paulo Eccel
	Rio Grande do Sul	GUAYÍ Democracia, Participação e Solidariedade	Campanha Brasileira contra as Minas Terrestres
Rede Teia			Gustavo Vieira
Ong Educadores para a Paz			Nicollas Romero
			Sônia
			Carmen Barbosa
SerPaz			Juscelino dos Santos
	Allan Krahn		
	Aline L. Cardoso		

E-mail	Telefone
msorrentino@prefeitura.sp.gov.br	11 3262-1796/ 9985 5240
dchagas@prefeitura.sp.gov.br	11 3107-5645
cwhitaker@prefeitura.sp.gov.br	11 3106-0030
raticliff@yahoo.com.br	19-3272-0645/ 9175-3205
stanley_moraes@metodista.org.br	11 3885-5191/ 11 8335-9042
rev_elias@yahoo.com.br	11-8538-5700
eduardojorge@prefeitura.sp.gov.br	
rinojosa@prefeitura.sp.gov.br	11 9267-6239
pripri.costa@gmail.com	11 7398-6060
paz@londrinapazeando.org.br	43 9996-1283
joseluis@iddeha.org.br	41- 3363-3103 / 41-9987-1348
rioprod@terra.com.br	48 9992-9209/ 48 3259-2420
jukinha13@gmail.com	48 8821-8446/ 3237-2886
pauloeccel@terra.com.br	47 9989-0172
brennerguimaraes@yahoo.com.br	51 9645-3236 / 51 3212-7178
gvieira7@terra.com.br	51 8111-4309
nicorgs@yahoo.com.br	51 9141-4751
educadores@educapaz.org.br	
carmenluciabarbosa@hotmail.com	51 9316-93371
jsantoslima@hotmail.com, serpaz@serpaz.org.br	51 8501- 0001
malkra@est.edu.br	51 3592-6106
serpaz@serpaz.org.br	51 3566-1496

